

Relatório e Contas

2009

Maio de 2010

Índice

Órgãos Sociais	3
Accionista	4
Rede Comercial e Direcções	5
Principais Indicadores	7
Mensagem do Presidente	8
Enquadramento Macroeconómico	
Economia internacional	12
Economia Caboverdiana	
Evolução Global	14
Política Monetária	15
Sector financeiro	15
Perspectivas para 2010	19
Síntese da Actividade	
Posição no sector bancário	22
Actividade Comercial	
Recursos	23
Concessão de crédito	25
Operações de Mercado de capitais	28
Promoção e Marketing	31
Recursos Humanos	33
Responsabilidade Social	36
Análise da Situação Económico-financeira	
Evolução do Balanço	39
Demonstração de Resultados	45
Rácios Prudenciais	52
Impacto dos ajustamentos pela aplicação das NIRF	54
Eventos Subsequentes	57
Proposta de Distribuição de Resultado	58
Considerações finais	59
Anexos	61

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-geral

Presidente	David Hopffer Almada
Secretário	Alfredo Eugénio Barbosa Fernandes
Secretário	Jorge Fernando Gonçalves Alves

Conselho de Administração

Presidente	Fernando Marques Pereira
Vice-Presidente	Teófilo Figueiredo A. Silva
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto
Vogal	Luís de Carvalho Machado

Comissão Executiva

Presidente	Fernando Marques Pereira
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto

Conselho Fiscal

Presidente	João Manuel Barata da Silva
Vogais	João Higinio Rosário Silva
Vogais	José Carlos Ramos Cunha
Vogal Suplente	José Carlos Vitória Soulé
Vogal Suplente	Vitor Lilaia da Silva

Accionistas

A distribuição do capital social em 31 de Dezembro de 2009, era a seguinte:

BANCO INTERATLÂNTICO, SA			
LISTA DE ACCIONISTAS			
Nome do Accionista	Nº Acções	CVE	% do Capital
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	42.000	420.000.000,00	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	6.145	61.450.000,00	10,24%
SITA, SA	3.013	30.130.000,00	5,02%
EDMUNDO BARBOSA & Fº, Lda.	2.782	27.820.000,00	4,64%
ADEGA, SA	2.100	21.000.000,00	3,50%
AGRIPEC, SA	927	9.270.000,00	1,55%
DAVID HOPFFER ALMADA	695	6.950.000,00	1,16%
FRANCISCO BARBOSA AMADO	464	4.640.000,00	0,77%
TERESA JESUS TEIXEIRA B.AMADO	464	4.640.000,00	0,77%
ALUCAR, SA	464	4.640.000,00	0,77%
RACAN, Lda.	464	4.640.000,00	0,77%
JOÃO HIGINO ROSÁRIO SILVA	250	2.500.000,00	0,42%
MÁRIO JORGE MENEZES	232	2.320.000,00	0,39%
	60.000	600.000.000,00	100,00%

Rede Comercial e Direcções

Area	Responsável
Direcção Comercial (DCM)	José Mendes Director
Gabinete de Empresas (GEM)	Ângela Lopes Coordenadora
Gabinete de Particulares (GAP)	Paula Vaz Coordenadora
Agência Sede	Maria Antonina Martins Gerente Coordenadora Iris Silva Sub-Gerente
Agência ASA - Largo Europa	Maria Antonina Martins Gerente Coordenadora Dulcelinda Baptista Sub-Gerente
Agência Plateau	Maria Antonina Martins Gerente Coordenadora Ludmila Ribeiro Sub-Gerente
Agência São Vicente	Gracinda Nascimento Gerente Leontino Neves Sub-Gerente
Agência Espargos	Albertina Fortes Gerente
Agência Santa Maria	Carla Brito Gerente
Agência Boa Vista	Maria Pinto Gerente
Direcção Suporte Operacional (DSO)	Ana Cruz Directora
Gabinete de Tecnologia e Organização (GTO)	Paulo Monteiro Coordenador
Gabinete de Mercados Financeiros (GMF)	Deisy Bernardino

Rede Comercial e Direcções

(Continuação)

Area	Responsável
Gabinete de Gestão de Risco (GGR)	(a designar)
Gabinete de Contabilidade e Planeamento (GCP)	Maria Idalsisa Martins Coordenadora
Gabinete de Marketing (GMK)	Ana Cristina Rodrigues Coordenadora
Gabinete de Suporte a Função Compliance (GFC)	Sofia Mota Responsável
Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)	Carlos Gonçalves Coordenador
Gabinete de Recursos Humanos (GRH)	(a designar)
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)	Micas Prazeres
Gabinete de Apoio Logístico (GAL)	Pedro Gomes

Principais Indicadores

Indicadores em 31 de Dezembro	Mil CVE		
	2008	2009	Δ%
INDICADORES DO BALANÇO			
Activo Líquido	15.103.558	16.224.578	7,42%
Disponibilidades	2.203.355	2.233.507	1,37%
Titulos da Dívida Pública	1.234.074	1.791.599	45,18%
Crédito a clientes	8.577.698	10.173.583	18,61%
Crédito e juros com imparidade	702.724	553.819	-21,19%
Imparidade créditos clientes	561.878	585.715	4,24%
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.836.497	13.457.833	4,84%
Capitais Próprios	899.900	1.055.009	17,24%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO			
Produto Bancário	827.594	817.926	-1,17%
Resultado Antes de Impostos	256.218	236.192	-7,82%
Resultado Líquido	198.052	193.955	-2,07%
OUTROS INDICADORES			
Rentabilidade			
Resultado Líquido /Activo	1,31%	1,20%	-0,12%
Resultado Líquido /Capitais Próprios	22,01%	18,38%	-3,62%
Solvabilidade e Transformação			
Capitais Próprios/ Activos	5,96%	6,50%	0,54%
Rácio de Transformação(Crédito/Depósitos) Líquido	66,82%	75,60%	8,77%
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)	12,08%	12,40%	0,32%
Qualidade dos Activos			
Créditos Vencido/Crédito Total	8,19%	5,44%	-2,75%
Crédito e juros com imparidade/Crédito Total	6,55%	5,76%	-0,79%
Imparidades dos Creditos / Crédito e juros com imparidade	79,96%	105,76%	25,80%
Qualidade do crédito (credito em incumprimento/credito total)*	2,18%	2,21%	0,03%
Produtividade e Eficiência			
Margem Complementar/Produto Bancário	30,13%	23,36%	-6,77%
Gastos Administrativos/Produto Bancário	54,08%	71,89%	17,80%
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	261.149	243.623	-6,71%
Nº de Empregados	82	97	18,29%
Nº de Agências	7	8	14,29%
Empregado por Agência	12	12	3,51%
(Crédito+Depósitos)/nº Agências	3.059.171	2.953.927	-3,44%

* De acordo com Circular Série A nº 150/DSE/2009, de 28.Dez.2009, do Banco de Cabo Verde

Mensagem do Presidente



O nosso Banco comemorou em 2009 o seu décimo aniversário. Tratou-se de uma década que temos de considerar como de afirmação do BI que hoje constitui, sem dúvida, um parceiro de referência para muitas das entidades que exercem um papel preponderante no desenvolvimento da economia cabo-verdiana.

Ao longo do ano várias foram as iniciativas com que procurámos marcar o aniversário, tendo de ser destacado o espectáculo do artista Tito Paris acompanhado de Orquestra que foi um momento alto das actividades culturais na cidade da Praia em 2009 e o apoio designado “10 anos, 10 instituições”, através do qual foram contempladas com apoio pecuniário dez instituições que se dedicam ao apoio de crianças carenciadas, sediadas nas ilhas onde o BI tem presença.

O ano ficou também marcado pela atribuição ao BI, pela revista “World Finance”, do prémio de melhor Banco em Cabo Verde, o que muito nos honrou e nos estimula a continuar a procurar melhorar diariamente o nosso desempenho.

Durante o ano de 2009 manteve-se o clima de abrandamento económico em Cabo Verde com a generalidade dos sectores a ressentirem-se de uma redução das vendas com natural consequência na redução dos valores do emprego e diminuição dos preços.

A banca não ficou imune a esta situação, tendo-se feito sentir uma maior concorrência na captação de recursos, uma tendência acentuada para o aumento do crédito vencido e, de uma forma geral, para uma evolução dos resultados líquidos abaixo do orçamentado.

O nosso Banco continuou, no entanto, a manter uma postura dinâmica no mercado, com um crescimento, face ao período homólogo, de 21% no crédito total a clientes (incluindo o crédito titulado) e de 5,1% nos recursos totais captados.

Estes valores permitiram ao BI continuar a ganhar quota de mercado que se situou em 13,36% nos recursos (ganho de 27 p.b.) e de 13,06% no crédito total (ganho de 109 p.b.).

O Activo líquido cresceu 7,42%, o que evidencia também a manutenção da trajetória de crescimento sustentado que se tem verificado ao longo dos últimos anos.

O acompanhamento do crédito vencido continuou a ser uma das principais preocupações do Banco, tendo acentuado os esforços tendentes à reestruturação de algumas operações, reforço de garantias e, fundamentalmente, procurar actuar atempadamente de forma a evitar a acumulação de prestações vencidas.

De forma a estar preparado para responder de forma mais eficaz aos desafios futuros, o Banco continua a investir na sua reestruturação, dotando de meios humanos as estruturas deles carentes, aumentando a formação do recursos humanos e no reforço da rede física.

Foi lançada uma formação vestibular para os funcionários recém entrados no Banco que foi ministrada pelo Instituto de Formação Bancária de Portugal, a qual veio a ser alargada a outros colaboradores.

Foram lançados novos produtos de poupança e desenvolvidas as negociações que poderão permitir o lançamento do MoneyGram ainda durante 2010, o que levará a um acréscimo da margem complementar.

Considerando as perspectivas de evolução da taxa Euribor e com o objectivo de proporcionar aos seus obrigacionistas um rendimento próximo das condições actuais

do mercado, o BI, através de uma Assembleia Geral, propôs aos seus Obrigacionistas a alteração da taxa de juro e do prazo das Obrigações Subordinadas BI2014. Assim, a taxa juro passou a ser fixa e no valor de 6,0%, durante os próximos 4 anos e o prazo total da emissão alargado de seis para dez anos, como forma de adequar melhor o prazo das obrigações à finalidade de aumento dos fundos próprios do Banco Interatlântico, permitindo que se continue a manter o ritmo de crescimento e de financiamento da economia.

Em 2009 continuou a ser alargada a rede comercial tendo sido inaugurada a 8ª Agência do Banco. Esta está situada na cidade da Assomada o que constitui um marco por ser a primeira Agência do BI no interior da Ilha de Santiago, região com um grande potencial na captação de recursos.

Neste exercício o Banco apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), sendo o impacto desta mudança explicado ao longo deste Relatório.

No âmbito deste novo normativo são também apresentadas, para efeitos comparativos, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008, reelaboradas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

Os resultados líquidos fixaram-se em 193.955 contos, um decréscimo de 2% face a 2008. Apesar desta ligeira diminuição, os indicadores de rentabilidade do Banco continuam a um nível satisfatório quer em termos de ROA (1,2%) quer de ROE (18,38%).

Verificou-se, no entanto, um crescimento dos custos de estrutura em resultado do aumento da estrutura orgânica e das despesas relativas à introdução das NIRF e do 10º aniversário do Banco, estas últimas não repetíveis. Este aumento dos custos não foi acompanhado, ao mesmo ritmo, pelas receitas, o que originou um acréscimo do “cost to income”.

O ano de 2010 promete continuar a lançar sérios desafios à banca nacional, quer pelas incertezas quanto ao desempenho da economia mundial quer pela instabilidade existente nos mercados financeiros.

A aprovação, em Assembleia Geral de 25 de Janeiro de 2010, do aumento de capital do BI para mil milhões de escudos cabo-verdianos, que vem reforçar os fundos próprios do Banco, a adopção de prudentes medidas quanto à assumpção de riscos, um controlo dos custos e o reforço das medidas de controlo interno, sempre suportadas pela dinâmica da equipa em consolidação no Banco Interatlântico, vão permitir-nos, estou seguro, atingir os principais objectivos a que nos propusemos para o ano de 2010.

Enquadramento Macroeconómico

1.1.- ECONOMIA INTERNACIONAL

O cenário de crise verificado no segundo semestre de 2008 prolongou-se pelo ano de 2009, designadamente durante o primeiro trimestre, não obstante as medidas concertadas tomadas pelos governos e bancos centrais. Nesse período assistiu-se a uma deterioração da conjuntura económica, caracterizada por decréscimos bastante significativos no investimento e no comércio internacional, que se reflectiu numa subida considerável da taxa de desemprego.

A partir do segundo trimestre de 2009 assistiu-se uma estabilização na economia mundial, dado que a grande maioria dos países apresentaram resultados menos negativos, tendo, inclusivamente, algumas nações, como o Japão, a Alemanha e a França, alcançado crescimentos trimestrais positivos.

Taxas de variação (em %)

	PIB ^(a)		Inflação		Desemprego	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
União Europeia	1,0	-4,0	3,7 ^(b)	1,0 ^(b)	7,0 ^(b)	9,1 ^(b)
Área do Euro	0,6	-3,9	3,3	0,2	7,5	9,4
Alemanha	1,2	-4,8	2,8	0,2	7,2	7,6
França	0,3	-2,3	3,2	0,1	7,4	9,1
Reino Unido	0,5	-4,8	3,6	2,1	5,7	8,0
Espanha	0,9	-3,6	4,1	-0,4	11,3	18,1
Itália	-1,0	-4,8	3,5	0,7	6,8	7,6
EUA	0,4	-2,5	3,8	-0,4	5,8	9,2
Japão	-1,2	-5,3	1,4	-1,2	4,0	5,2
Rússia	5,6	-9,0	14,1	11,7	n.d.	n.d.
China	9,6	8,7	5,9	-1,1	n.d.	n.d.
Índia	7,3	5,6	9,1	7,8	n.d.	n.d.
Brasil	5,1	-0,4	5,9	4,2	n.d.	n.d.

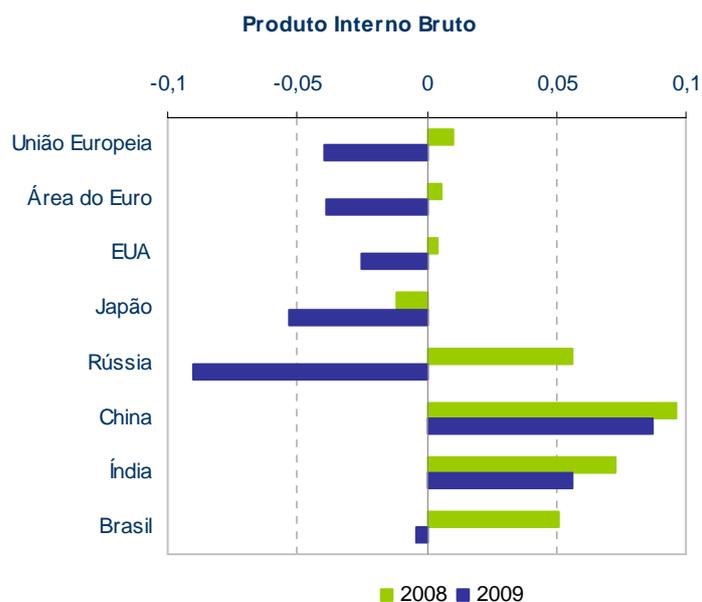
OECD: Economic Outlook - Novembro de 2009

(a) FMI: World Economic Outlook Update - Janeiro de 2010

(b) CE: European Economic Forecast - Novembro de 2009

Os indicadores positivos que foram sendo difundidos conduziram a constantes reavaliações em alta, por parte do FMI, do crescimento mundial, tendo esta Instituição divulgado, em 26 de Janeiro deste ano, o World Economic Outlook, que aponta para um decréscimo de apenas 0,8% do produto, em 2009 (era de -1,1% nas previsões de Outubro de 2009).

Embora em desaceleração, não deixa de ser assinalável o crescimento das economias emergentes, nomeadamente a China e a Índia, com taxas estimadas em 8,7% e 5,6%, respectivamente, constituindo-se como as principais dinamizadoras do crescimento económico mundial.



Nas economias mais avançadas, a intervenção das instituições monetárias internacionais e as medidas específicas tomadas pelos diversos governos tiveram um papel preponderante na estabilização dos mercados financeiros e da própria economia real que parece estar a verificar-se.

De modo a estimular o mercado interbancário e fomentar a concessão de crédito, a Reserva Federal norte-americana reduziu a sua taxa directora para um intervalo próximo de zero em Dezembro de 2008, enquanto o BCE interveio por quatro vezes, fixando a taxa directora em 1% a 13 de Maio. Adicionalmente, estas instituições procederam ainda a injeções constantes de liquidez no mercado monetário através de leilões a taxas de juro reduzidas e por prazos alargados.

O papel dos governos merece igualmente uma referência. Assistiu-se à entrada dos Estados no capital das instituições em dificuldades, à compra de activos tóxicos e têm vindo a ser implementados um conjunto de projectos com vista a fomentar a actividade económica.

O esbatimento do efeito base e o prolongamento dos empréstimos dos bancos centrais a uma taxa reduzida, contribuíram para um aumento da taxa de inflação dos países da OCDE, tendo esta ficado situada em 0,5% no mês de Novembro.

A crise ainda está a ter repercussões na taxa de desemprego na generalidade das economias dado que, não obstante a melhoria dos indicadores de crescimento económico, observa-se um aumento continuado do número de desempregados. Este aspecto constitui, porventura, o principal vector de preocupação sobre a sustentabilidade do crescimento económico verificado a partir do 2.º trimestre de 2009, pelo impacto directo que tem sobre o consumo privado e sobre os níveis e confiança dos agentes económicos.

1.2.- ECONOMIA CABOVERDIANA

1.2.1.- Evolução Global

A análise do comportamento, até Dezembro de 2009, quer dos indicadores quantitativos quer dos indicadores qualitativos de conjuntura produzidos na base da informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, aponta para a manutenção do ritmo de abrandamento no crescimento da actividade económica.

Não obstante as retracções observadas, particularmente nos investimentos externos ligados à imobiliária turística e ao turismo, as projecções do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento da economia sustentado pela boa execução do investimento público, cuja taxa deverá estar em linha com o observado em 2008. É de salientar que, com o objectivo de impulsionar o crescimento da actividade económica em 2009, o governo decidiu adoptar diversas medidas, de entre as quais se destaca a reprogramação do OE/09, resultando assim numa expansão do programa de investimento público em cerca de 15% face ao inicialmente orçamentado.

1.2.2. - Política Monetária

A estabilidade de preços e cambial orientaram a condução da Política Monetária do Banco de Cabo Verde ao longo do ano, onde também foram considerados com grande relevo os objectivos de política acordados com o Fundo Monetário Internacional.

Neste contexto, o Banco de Cabo Verde procurou assegurar os seus objectivos de política monetária introduzindo alterações contínuas na sua taxa directora, fixando-a nos 5,25%, com efeito directo nos instrumentos de gestão de liquidez, mais concretamente nas facilidades permanentes.

O coeficiente de reservas obrigatórias foi alterado de 14 para 16% em Fevereiro de 2009, visando uma maior restrição nas condições monetárias da liquidez bancária.

1.2.3. -Sector Financeiro

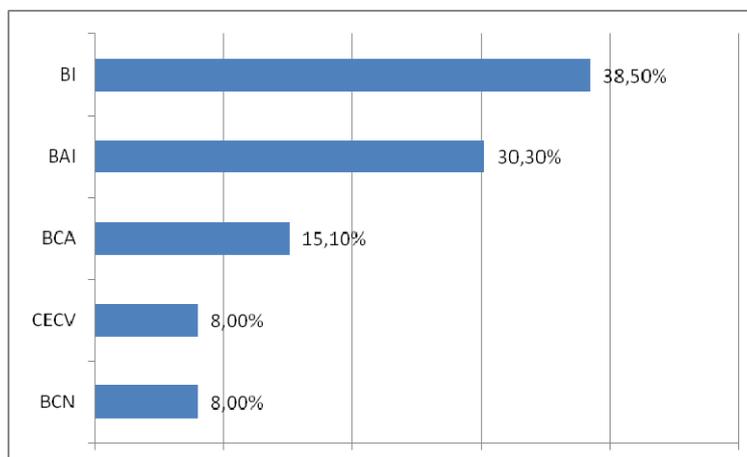
Cabo Verde dispõe hoje de cinco Bancos “on-shore” e mais uma dezena de instituições financeiras a operar na zona “off-shore”.

Com base na apreciação do Banco de Cabo Verde (Relatório de Política Monetária de Outubro de 2009), o sistema bancário continuou a evidenciar, em termos gerais, uma boa performance em 2009, com um crescimento, até Setembro, do activo líquido de 4,7%. Porém, foram já evidentes os efeitos da crise nos mercados financeiros internacionais que começaram, ainda que indirectamente, a ter impacto negativo sobre a evolução dos resultados. Se a análise dos principais indicadores de solidez financeira para o conjunto das instituições evidenciou, em geral, um desempenho favorável, contudo verificou-se alguma deterioração na qualidade dos activos, uma baixa na taxa de rendibilidade tanto dos activos como dos capitais próprios e alguma perda de eficiência e produtividade no sistema. O sector deparou-se ainda com algumas vulnerabilidades associadas principalmente ao risco de crédito, quando se constata ainda uma significativa concentração bancária, forte dependência nos depósitos de emigrantes e excessiva exposição do crédito no sector imobiliário.

Ainda segundo o mesmo relatório do Banco de Cabo Verde, os efeitos das perturbações nos mercados financeiros internacionais reflectiram-se negativamente sobre a evolução dos resultados do sistema bancário cabo-verdiano, nomeadamente através do aumento do custo de financiamento dos bancos, traduzido numa redução do contributo da margem financeira, da queda dos resultados líquidos e da diminuição do valor da carteira de títulos da dívida. Com efeito, a rendibilidade dos bancos foi afectada, pelo que tanto a taxa de rendibilidade dos activos médios (ROA) como a taxa de rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) registaram, até Setembro de 2009, uma redução em termos homólogos.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde manteve uma evolução favorável em termos de capitalização bolsista, embora ainda mantenha uma dimensão reduzida. Estão cotadas quatro empresas no segmento accionista e no segmento obrigacionista estão cotadas oito emissões de Obrigações do Tesouro e doze emissões de Obrigações de Empresas.

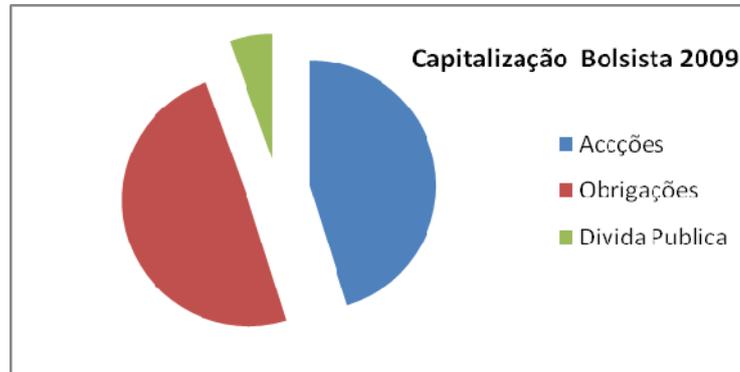
O volume de negócios no mercado secundário atingiu os 488 milhões de escudos cabo-verdianos, destacando-se o Banco Interatlântico no volume de intermediação:



A capitalização bolsista global atingiu os 20.703 milhões de escudos cabo-verdianos (um crescimento de 13,69% face a 2008), distribuídos da seguinte forma:

Capitalização Bolsista			
Título	2009	2008	2007
BCA	2.169.271	1.200.000	584.508
CECV	2.818.800	1.357.200	1.273.680
SCT	465.861	514.367	1.275.000
ENACOL	3.909.000	6.900.000	7.000.000
Electra A	1.206.380	1.231.284	1.142.405
Electra B	1.162.036	1.139.698	1.139.698
Electra C	2.270.249	2.270.249	2.270.249
Tecnicil A	350.000	350.000	350.000
Tecnicil B	200.000	200.000	200.000
Tecnicil C	200.000	200.000	200.000
ASA	677.400	677.400	600.000
BI	500.000	500.000	0
IFH	420.000	0	0
SOGEI	1.500.000	0	0
Tecnicil Ind.	150.000	0	0
Fast Ferry	1.575.000	0	0
OT's	1.130.000	1.670.000	2.882.530
Total	20.703.997	18.210.198	18.918.070

E com a seguinte composição:



1.2.4. -Perspectivas para 2010

Para 2010 as perspectivas para a evolução da actividade económica nacional continuam a ser marcadas pela continuidade de efeitos desfasados da actual crise económica. Contudo as projecções apontam para uma ligeira recuperação da actividade económica, pelo que o crescimento do PIB, segundo o Banco de Cabo Verde, deverá fixar-se num intervalo entre [4% - 5,0%], traduzindo essencialmente os efeitos de uma gradual recuperação das exportações, sobretudo de serviços, e alguma recuperação do Investimento Directo Estrangeiro. De igual modo, a expectativa é de que a procura interna venha a beneficiar não só das medidas de estímulo orçamental implementadas, criando condições propícias e incentivos ao investimento nomeadamente do sector privado com implicações positivas ao nível da evolução dos preços.

De referir, no entanto, que o grau de incerteza subjacente às actuais projecções para 2009-2010 permanece ainda particularmente elevado, nomeadamente no que se refere à solidez da inversão da tendência de queda da economia global, e a sua subida para um nível em torno do qual se estabilizarão os mercados financeiros internacionais, bem como ao impacto das medidas de estímulo orçamental em Cabo Verde.

Projeções do PIB e das suas Principais componentes (em Volume)
Variação média anual em %

	2007	2008 ^E	2009 ^E	2010 ^P
Produto Interno Bruto	8,6	6,1	4,0	[4%; 5%]
Consumo Privado	3,7	1,2	0,4	[2,5%; 2,9%]
Consumo Público	11,4	-0,5	6,3	[6,5%; 9,9%]
Formação Bruta de Capital Fixo	40,5	11,9	-9,3	[-0,5%; -3,1%]
Exportação de Bens e Serviços	14,7	8,0	-13,0	[1,7%; 3,2%]
Importação de Bens e Serviços	23,7	3,8	-13,7	[-0,5%; -3,5%]

Fonte: INE e Banco de Cabo Verde

^E - Estimativas

^P - Projeções

As consequências da recente crise financeira internacional, traduzidas ainda na persistência de risco de descida do crescimento económico e na redução das expectativas inflacionistas, fundamentaram ainda a manutenção de condições monetárias acomodáticas a nível das principais economias mundiais.

Neste quadro espera-se que a condução da política monetária em Cabo Verde continue condicionada pela defesa do regime de paridade fixa requerendo particular atenção a estabilidade dos principais fluxos de capitais externos, indispensáveis à manutenção do regime cambial em vigor.

Segundo o Banco de Cabo Verde, em termos práticos, o aumento dos depósitos do Governo no Banco Central irá reflectir-se numa redução dos Activos Internos Líquidos do Banco Central, variável para a qual é estabelecida uma meta quantitativa, tendo por contrapartida o aumento dos Activos Externos Líquidos e a diminuição da Base Monetária, principal responsabilidade da autoridade monetária.

O apoio do Governo ao esforço de esterilização terá efeitos nas opções de política monetária do Banco de Cabo Verde, que para o efeito prevê um conjunto de alterações normativas no seu quadro operacional, no contexto de uma maior coordenação entre as políticas orçamental e monetária, nomeadamente:

- A utilização de Bilhetes do Tesouro para efeitos de execução da política monetária;

- As operações do Mercado Monetário Interbancário (MMI) passarem a ser colateralizadas, garantido maior segurança e melhor gestão de risco por parte das instituições cedentes de fundos;
- A extensão do período de manutenção de reservas mínimas de caixa, permitindo melhor gestão de liquidez por parte dos bancos;
- A introdução de Contratos - Quadro nas operações do Mercado Monetário, favorecendo a transparência e segurança nas transacções.

Síntese da Actividade

2.1.- Posição no Sistema Bancário

Em 2009, o Banco Interatlântico manteve uma evolução positiva nos principais indicadores de crescimento da actividade, continuando assim o seu processo de desenvolvimento e de afirmação no sistema bancário cabo-verdiano.

Apesar do aumento da concorrência que se fez sentir no mercado, o Banco cresceu acima do mercado, tanto no crédito, como nos recursos captados.

A nível da quota de Mercado nos Recursos Totais registou-se um aumento de 27 p.b., passando de 13,09% para 13,36%.

	Recursos Totais		Variação	
	Dez de 2008	Dez de 2009	Valor	%
Sistema	97.488,70	100.370,80	2.882,10	2,96%
BI	12.758,17	13.409,95	651,79	5,11%
Quota BI	13,09%	13,36%		0,27%

Fonte: Site do BCV e Contas BI (inclui recursos-conta caução; no Passivo Interno não inclui a moeda em circulação)

A nível do Crédito Global, a quota do mercado do Banco passou de 11,97% para 13,06%, evidenciando um ganho de 109 p.b..

	Credito Bruto		Variação	
	Dez de 2008	Dez de 2009	Valor	%
Sistema	82.520,20	91.938,10	9.417,90	11,41%
BI Credito	8.493,92	9.915,25	1.421,33	16,73%
BI Titulos	1.385,86	2.090,81	704,95	50,87%
BI Total	9.879,78	12.006,06	2.126,28	21,52%
Quota BI	11,97%	13,06%		1,09%

Fonte: Site do BCV e Contas BI (inclui crédito a empregados)

Considerando o volume de negócios (recursos adicionado do crédito), verifica-se que o Banco Interatlântico reforçou a sua quota global que se situou nos 13,22%, o que representou um ganho, face ao período homólogo, de 64 p.b..

	Volume de Negócios		Variação	
	Dez de 2008	Dez de 2009	Valor	%
Sistema	180.008,90	192.308,90	12.300,00	6,83%
BI Total	22.637,95	25.416,02	2.778,07	12,27%
Quota BI	12,58%	13,22%		0,64%

Fonte: Site do BCV e Contas BI

2.2.- Actividade Comercial

2.2.1.- Recursos

Os **Recursos e Outros Empréstimos de Clientes** ascenderam a 13.457.833 contos o que corresponde a um crescimento de 4,84% face a Dezembro de 2008 (se incluídos os depósitos conta caução, a variação face a 2008 será de 5,1%).

Os Depósitos dos Clientes cresceram 0,73%, sendo de realçar os Depósitos à Ordem com um crescimento de 4,53% onde pontificaram os Depósitos de Emigrante com um acréscimo de 10,79%. Os Depósitos a Prazo decresceram 2,67%, sendo no entanto de realçar que no segmento de emigrantes estes cresceram 5,13%.

	Mil CVE		
	2008	2009	%
Recursos de clientes	12.836.497	13.457.833	4,84%
Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)	11.560.472	11.644.805	0,73%
À ordem (1)	5.027.877	5.255.538	4,53%
DO - Sector público Administrativo	267.085	73.725	-72,40%
DO Residentes	3.705.725	4.077.294	10,03%
DO - Não residentes	706.345	718.153	1,67%
DO Emigrantes	348.723	386.366	10,79%
À Prazo (2)	6.383.189	6.212.807	-2,67%
DP Residentes	4.733.475	4.205.919	-11,15%
DP Emigrantes	1.420.435	1.493.257	5,13%
DP - Não residentes	229.279	513.632	124,02%
Poupança (3)	149.406	176.460	18,11%
Poupança Jovem	149.406	176.460	18,11%
Títulos Tesouro -Mercado Secundário	1.145.170	1.687.012	47,32%
Bilhete de Tesouro - Cliente	14.300	40.000	179,72%
Obrigações de Tesouro - Cliente	1.116.780	1.633.334	46,25%
Rend. por Receber/Deferidos - BT/OTCliente	14.090	13.678	-2,93%
Outros Recursos	32.885	25.446	-22,62%
Cheques e ordens a pagar	32.885	25.446	-22,62%
Juros e Encargos Similares de clientes	97.970	100.570	2,65%
Residentes	56.240	56.711	0,84%
Não residentes	41.730	43.859	5,10%

Em relação aos **Títulos do Tesouro colocados no mercado secundário**, estes atingiram o montante de 1.673.334 contos, um crescimento de 47,94% face ao período homólogo, e que representou cerca de 47% de quota de mercado.

2.2.2. - Concessão de crédito

A carteira do crédito bruto não representado por valores mobiliários totalizou 10.139.056 contos registando um crescimento de 16,77% face ao Dezembro de 2009.

	2008	2009	Mil CVE %
Credito a clientes			
Outros créditos e valores a receber (titulados)	510.566	685.126	34,19%
De outros emissores públicos nacionais	498.941	677.056	35,70%
Rendimentos a receber/Deferidos	11.625	8.070	36,16%
Rendimentos receber Titulos	11.450	7.777	-32,08%
Receitas com rendimento diferido	174	293	68,24%
Crédito não representado por valores mobiliários Bruto	8.682.595	10.139.056	16,77%
De curto prazo	295.961	593.166	100,42%
De médio e logo prazo	7.495.235	8.768.259	16,98%
Crédito ao pessoal	188.676	223.813	18,62%
Situação Normal	7.979.871	9.585.238	20,12%
Crédito e Juros Vencidos	702.724	553.819	-21,19%
Capital	692.634	546.049	-21,16%
Juros vencidos a regularizar	371	29	-92,08%
Despesas de Crédito Vencido	9.718	7.740	-20,36%
Imparidade de crédito a clientes e crédito/juros vencidos	561.878	585.715	4,24%
Crédito não representado por valores mobiliários Líquido	8.120.718	9.553.342	17,64%
Rendimentos a receber/Deferidos	-53.585	-64.885	21,09%
Rendimentos a receber credito	-53.585	-64.885	21,09%
Crédito Sobre Clientes (Líquido)	8.577.698	10.173.583	18,61%

No tocante aos diferentes segmentos os saldos apresentaram a seguinte distribuição:

Crédito não representado por valores mobiliários

Descritivo	Credito Normal	Credito Vencido	Descoberto	Cartão de Crédito	Pessoal	Total
Particular (P)	2.367.806	317.660	23.463	67.371	223.813	3.000.113
Empresa (E)	6.693.468	236.158	200.294	9.023		7.138.944
Total Credito Bruto	9.061.274	553.819	223.757	76.394	223.813	10.139.056

Valores em Contos

O crédito a empresas representou 70,41% da carteira de crédito total bruto, situando-se em 7.138.944 contos, enquanto o crédito a particulares, num total de 2.776.300 contos (excluindo o crédito a empregados), representou 29,59%.

A distribuição do Crédito às Empresas por ramos de actividade evidencia o crescimento do sector terciário e consequentemente o aumento do peso dos serviços na carteira de crédito do Banco.

Crédito não resentados por valores mobiliário á Empresas por Ramo de Actividades

	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Transporte	Outros Serviços	Total
2008	3.000	519.436	969.119	1.099.622	998.452	2.723.389	6.313.019
%	0,05%	8,23%	15,35%	17,42%	15,82%	43,14%	100,00%
2009	8.614	724.264	1.293.792	1.200.207	992.765	2.687.937	6.907.579
%	0,12%	10,49%	18,73%	17,38%	14,37%	38,91%	100,00%

* Não inclui os descobertos e juros vencidos a regularizar e despesas dos creditos vencidos
Valores em Contos

Face ao período homólogo, os créditos na situação vencida diminuiram 21,19%, consequência do maior acompanhamento e cobrança de crédito com o objectivo de reduzir situações de incumprimento. Em 2009 o rácio de incumprimento situou-se em 5,44% (contra 8,19% no ano anterior). O indicador de qualidade do crédito (crédito em incumprimento/crédito total), nos termos da Circular Série A nº 150/DSE/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 2,21%, contra 2,18% no ano anterior.

O Banco passou a efectuar periodicamente análises de imparidade à sua carteira de crédito, sendo que a identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a 50.000 contos ou que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os “cash-flows” futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares. Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

Retalho:

- Crédito à habitação
- Outros créditos a particulares
- Garantias prestadas

Empresas

- Crédito Geral
- Garantias prestadas

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em 2009 foi registada imparidade no montante de 585.715 contos (um crescimento de 4,24% face ao período homólogo), conforme se indica quadros seguintes:

	2009				
	Imparidade Total	% Total	Contabilidade	% Cont	Dif.
Habituação	40.963	2,19%	84.071	4,50%	43.108
Outros Créditos	109.572	9,69%	71.186	6,29%	-38.386
Garantias Pessoais	0	0,02%	0	0,00%	0
Crédito Geral	428.113	6,11%	345.489	4,93%	-82.624
Garantias Empresas	7.067	0,63%	0	0,00%	-7.067
Grupo	0		0		0
Sector Público	0	0,00%	0	0,00%	0
	585.715	4,83%	500.745	4,13%	-84.970

	2008				
	Imparidade Total	% Total	Contabilidade	% Cont	Dif.
Habituação	39.772	2,71%	70.892	4,82%	31.120
Outros Créditos	108.988	13,01%	100.874	12,04%	-8.114
Garantias Pessoais	24	0,37%	0	0,00%	-24
Crédito Geral	407.115	6,58%	295.444	4,78%	-111.671
Garantias Empresas	5.978	0,66%	16	0,00%	-5.961
Grupo	0		0		0
Sector Público	0	0,00%	500	0,26%	500
	561.878	5,86%	467.727	4,88%	-94.150

Como se pode verificar, registou-se uma diminuição, em termos percentuais, da imparidade entre 2008 e 2009, havendo no entanto preocupações e medidas encetadas para a sua redução, em especial nos segmentos que registam um valor mais elevado.

2.3.- Operações de mercado de capitais

Realizaram-se ao longo do ano seis operações no mercado primário, duas de acções (aumento de capital do BCA e da CECV) e quatro de obrigações:

- IFH, com uma taxa de juro entre o máximo de Euribor6M+1,3% e TBA+2,1%, no valor total de 420.000 contos
- SOGEI, com uma taxa de juro de Euribor6M+2,75% e com “floor” nos 6,4% e “cap” nos 7,4%, no valor total de 1.500.000 contos.

- TecniciL Indústria, com uma taxa de juro fixa de 7,5%, no valor total de 150.000 contos.
- Fast Ferry, com uma taxa de juro fixa de 9%, no valor total de 1.500.000 contos.

Em todas estas operações o BI participou enquanto colocador, com quotas variáveis em cada uma das emissões, ficando, no final do ano de 2009, com uma participação global no mercado primário de 4,19%.

O acréscimo dos **Títulos de Outros Emissores Residentes** deveu-se à aquisição dos seguintes títulos durante o ano 2009:

No mercado primário

- 999 Obrigações da Sogei;
- 6.193 Obrigações da TecniciL Industria;
- 19.996 Obrigações da Fast Ferry.

No mercado secundário

- 149.057 Obrigações da Electra

No final de 2009, o Banco detinha a seguinte carteira de crédito titulado (excluindo a dívida pública):

VALORES MOBILIÁRIOS	Dez-08	Dez-09	Variação	
			Valor	%
OBRIGACOES TECNICIL	150.000	150.000	0	0,0%
OBRIGACOES ASA	180.000	180.000	0	0,0%
OBRIGACOES ELECTRA A	54.616	130.099	75.483	138,2%
OBRIGACOES ELECTRA B	82.126	155.700	73.574	89,6%
PRÉMIO DA EMISSÃO (Electra A e B)		1.870	1.870	n/a
OBRIGACOES ELECTRA C	32.199	32.199	0	0,0%
OBRIGACOES SOGEI	0	999	999	100,0%
OBRIGACOES TECNICIL INDÚSTRIA	0	6.193	6.193	100,0%
OBRIGACOES FAST FERRY	0	19.996	19.996	100,0%
Total	498.941	677.056	178.115	35,7%

2.3.1.- Carteira de Investimento e de negociação

Os Activos Financeiros detidos para venda tiveram variação positiva de 8,96% face Dezembro de 2008. Essa variação resulta do aumento de capital do BCA, no qual o BI adquiriu mais 16.347 acções, e pela reavaliação das participações cujo total em 2009 foi de 8.260 contos (BCA em 6.028 contos, Garantia em 435 contos e participação na Visa em 1.797 contos).

Activos Disponíveis para Venda	2008				2009				Valor com Imparidade	Valor com Imparidade
	Aquisição	Reavaliação	Valor Antes Imparidade	Imparidade	Valor com Imparidade	Aquisição	Reavaliação	Valor Antes Imparidade		
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos	10.134		10.134		10.134			10.134		10.134
BCA	205.653	-10.011	195.642		195.642	16.347	6.028	218.017		218.017
Promotora	15.307		15.307	1.880	13.427			15.307	1.880	13.427
Garantia	79.043		79.043	28.192	50.851		435	79.478	28.192	51.286
Visa	1.323	1.462	2.785		2.785		1.797	4.582		4.582
Fundo Gari	1.681		1.681		1.681			1.681		1.681
	313.141		304.592	30.072	274.521	16.347	8.260	329.200	30.072	299.128

2.4.- Promoção e Marketing

No decorrer de 2009, o Banco Interatlântico (BI) apostou no desenvolvimento de novos produtos. Sendo o ano do 10º aniversário do BI, foram lançados novos depósitos a prazo designados “BI 10º aniversário” e “BI 10º aniversário emigrante”, ambos com taxas atractivas para o respectivo segmento.

Em relação a comunicação interna, deu-se prioridade à organização dos normativos, introdução e gestão dos conteúdos na intranet, serviço que teve o seu arranque em Junho de 2009.

Privilegiou-se, ainda, o desenvolvimento de uma linha gráfica de comunicação do Banco, bem como a criação de um manual de publicidade e um “*upgrade*” do manual de normas do logótipo do BI.

O Banco Interatlântico na sua política de expansão selectiva, inaugurou a sua primeira Agência no interior de Santiago. Desta forma, foi possível aproximar-se da classe empresarial de Assomada. É de realçar que a organização e coordenação do evento de inauguração estiveram a cargo da estrutura interna.

No reforço da sua imagem institucional, o BI deu continuidade à sua política de participação em Feiras realizadas em Cabo Verde, nomeadamente, a 1ª Feira Internacional de Construção e Habitação, a 13ª Feira Internacional de Cabo Verde e a 1ª Feira de Empreendedorismo, que serviram para situar e contextualizar o Banco, no cenário de crescimento destas iniciativas que se vive em Cabo Verde.

Ainda no âmbito do 10º Aniversário do BI foram desenvolvidas várias acções comemorativas, como o Show de Tito Paris e Orquestra, muito bem recebida pela crítica, o que motivou o Banco, para que, aquando do Concerto de Sara Tavares na Cidade da Praia, em decorrência das comemorações do Dia de Portugal, envolver-se

no projecto como o principal patrocinador do evento, em parceria com a Embaixada de Portugal em Cabo Verde.

No âmbito da responsabilidade social, o BI também elegeu neste aniversário, dez instituições que foram contempladas com um donativo adicional.

A última acção de Promoção e Marketing desenvolvida em 2009 foi a Campanha de Natal em que o Banco esteve presente nos principais portais, bem como nos Jornais de maior expressão em Cabo Verde.

Por último realçamos que em 2009, ano do seu 10º aniversário, o Banco Interatlântico:

- Foi classificado pela revista “World Finance” como o melhor Banco em Cabo Verde; o que muito nos honrou e nos estimula a continuar a procurar melhorar diariamente o nosso desempenho;
- Foi distinguido com o prémio SAPO de melhor anúncio em Cabo Verde, facto que reputamos de grande importância tendo em conta a liderança, em termos de audiências online, que o Portal SAPO detém em Cabo Verde.

3.- Recursos Humanos

No ano de 2009 o Banco decidiu criar um departamento direccionado aos assuntos específicos dos Recursos Humanos. Nos anos anteriores, a maioria das actividades relacionadas com a função desta Área, eram tratadas e executadas pela área de contabilidade.

O Banco pretendeu com essa decisão mostrar querer promover uma lógica sistémica, abandonando a dimensão estritamente administrativa e burocrática, e simultaneamente desenvolver uma estratégia que associe as políticas e instrumentos de Recursos Humanos à missão e ao negócio. O que demonstra que todas as áreas da empresa, não só as operacionais mas também as áreas de apoio como a de Recursos Humanos, procuram a eficácia da organização como um todo.

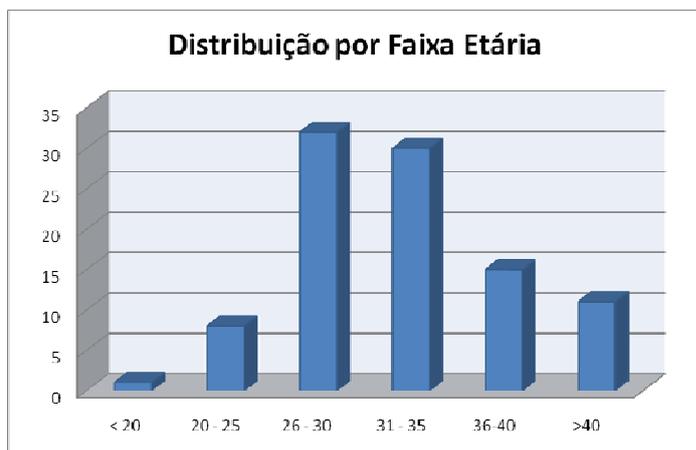
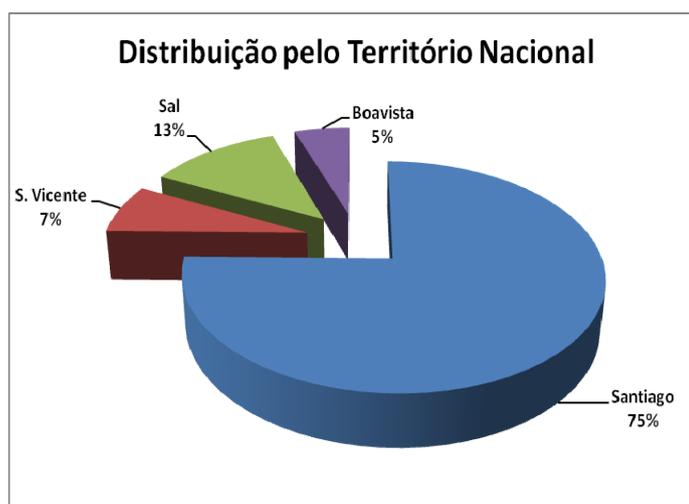
No ano de 2009 procedeu-se ao recrutamento externo, através da selecção do pessoal com a prévia realização de testes de diferente natureza. No processo participaram 55 candidatos, dos quais 9 (nove) foram seleccionados, prática essa que o Banco pretende continuar a desenvolver, com o objectivo de recrutar colaboradores com as aptidões indispensáveis para desenvolver uma carreira bancária.



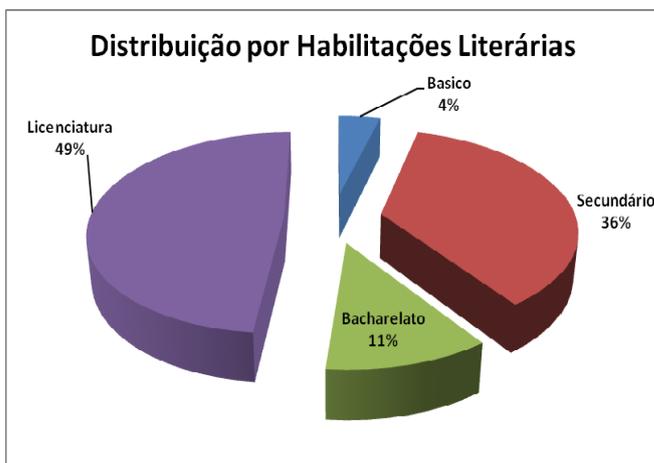
No final do exercício de 2009, o Banco Interatlântico dispunha de 97 colaboradores, tendo registado 16 entradas e 2 desvinculações, números esses que demonstram estabilidade organizacional dos seus quadros e capacidade em manter a sua filosofia de trabalho.

Dos 97 colaboradores no activo, 55 são efectivos de quadro permanente e 42 com contrato por tempo determinado.

A colocação a nível nacional apresenta a seguinte distribuição:



A média de idade dos empregados é de 32 anos, encontrando-se a maior concentração na faixa etária dos 25 aos 30 anos (representa 34% do total dos empregados), o que indicia um elevado grau de potencial dos Recursos Humanos para melhorar os níveis de produtividade.



A nível de habilitações literárias e qualificações profissionais, 49% do quadro possui formação superior a nível de licenciatura, sendo de realçar que apenas 4% possui o ensino básico.

Na distribuição dos colaboradores por área funcional, 61 Colaboradores estão afectos à área comercial e 36 colaboradores aos serviços centrais.

Formação

Conscientes de que a formação é um instrumento fundamental para a capacitação dos recursos humanos, durante este ano foram ministradas várias acções de formação no país e no estrangeiro. É de realçar que o Banco Interatlântico assinou um compromisso com o Instituto de Formação Bancária de Portugal, tendo desenvolvido uma acção vestibular de formação em Agosto de 2009. Além disso, tem já mais 3 acções marcadas para o ano de 2010.

As acções de formação envolveram 56 funcionários, o que corresponde a 42% dos colaboradores do Banco.

O Banco participou na formação académica de 9 colaboradores, cobrindo 25% das respectivas propinas anuais.

No âmbito do protocolo celebrado em 5 de Março de 2004 com a Universidade Jean Piaget, foram proporcionados 15 estágios aos alunos finalista de Licenciatura, dos quais 10 foram enquadrados na área Comercial e 5 em Serviços Centrais. Os estagiários que foram avaliados positivamente receberam um prémio a título de Bolsa de Estudo (calculado em base mensal).

4.- Responsabilidade Social

O Banco Interatlântico continuou em 2009 a apoiar diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG's nos domínios do desporto, da cultura, da educação e da promoção social.

Assim o Banco aprovou, durante o ano transacto, 23 donativos no montante de 4.092 contos e 50 patrocínios, no montante de 12.411 contos (no total os donativos e patrocínios representaram um valor de contribuições corresponde a cerca de 8,5% dos resultados líquidos do Banco), assim distribuídos:

Na área cultural e desportiva, o Banco contribuiu para as seguintes actividades e/ou eventos:

- Festividade Nho S. Filipe - Fogo - Casa das Bandeiras
- XIX Festival de Praia Stª Maria 2009
- Festividade do Município da Boavista
- Festival da Praia Cruz - Câmara Municipal Boavista
- Festividades Cultural - Summer Time-Walte - Ilha da Boavista
- Festividades da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago
- Festividades do Município da Stª Catarina
- XXIV Festival Musicas Baia das Gatas 2008-Câmara Municipal de S. Vicente
- Festividade de Município da Câmara Municipal da Brava
- Festividades de Nossa Senhora de Fátima - Câmara Municipal Stª Catarina
- Festividade do Município de S. Miguel
- Comemorações do Dia 10 Junho (Dia de Portugal) -Embaixada Portugal
- Corrida de Cavalos na Festividade Nho S Filipe/09-Neltor Lobo
- Encontros dos Emigrantes - Câmara Municipal Stª Catarina
- Semana Emigrante - Câmara Municipal da Boavista
- Comemoração 5 Julho realizado em Portugal em apoio à Embaixada de Cabo Verde em Lisboa
- Concerto de Mayra Andrade - Anjos Produções

- Digressão Europa - Mário Lúcio
- Concerto Pedro Jóia - Instituto Camões
- Digressão do Grupo Ferro Gaita
- Federação Cabo-verdiana de Basquetebol
- Associação Juvenil "Blak Panthers" - Equipamentos desportivos
- Grupo Desportivo Varanda - participação no Campeonato 2009/2010
- Vídeo Documentário de Cabo Verde - Fresco Produções
- 1º Congresso de Ciência Regional - Universidade Jean Piaget
- Exposição de Pintura - MARIO COSTA
- Instituto Superior Ciências Jurídica "ISCJS" - Propina para melhor aluno da ISCJS
- Bolsa de Estudos - Estagiários Piaget
- Bilhetes de passagem Praia/Lisboa para estudantes carenciados com Bolsa de Estudos atribuída
- Livro "De Ribeira Bote a Rotterdam" de João Silva (Djunga de Biluca)
- DVD "VADU"
- CD NHU NANI
- CD Maria Sousa Lima
- Livro "Cozinha da Avó 2" de Josefina "Cesaltina" Benchimol Duarte
- Edição em língua inglesa do Livro "Testemunho de um Combatente" de Pedro Martins
- Jardim Comunitário Infantil "Flor Vida"-Tira Chapéu
- Retiro Espiritual Igreja Nazareno
- 56ª Assembleia Distrital Igreja Nazareno
- Conferencia Internacional no Âmbito de 8º aniversário do Expresso das Ilhas
- Restauração da Sala Pós Graduação - Universidade Jean Piaget
- Conferência " Pelo Conhecimento para Desenvolvimento " - NOSI
- Feira do Empreendedorismo. 2009
- 1º Aniversário - Casa Cidadão
- Associação - Acarilhar - - Show para os Deficientes
- Associação dos Jornalistas de Cabo Verde - Apoio ara a participação de delegados no acto Constitutivo da Federação de Jornalistas dos Palop

Na esfera da solidariedade social apoiámos as seguintes instituições e/ou projectos:

- Fundação da Criança Cabo-Verdiana
- Fundação Infância Feliz
- Aldeias Infantil SOS
- Associação Cultural do BI
- O projecto denominado “Operação Carinho” que tem por objectivo o acolhimento de criança de rua no Mindelo
- As crianças carenciadas da Freguesia de S. João Baptista
- Apoio Câmara Municipal do Tarrafal (Computadores)
- Apoio Escola Achada Grande (Computadores e Impressora)
- Associação Cabo-Verdiana da Luta Contra Cancro
- Fundação Cabo-Verdiana de Solidariedade - Jardim Arco Íris
- Jardim Brincar e Crescer
- Jardim Infantil da Associação Juvenil Black-Panthers
- Jardim Infantil " Ilha da Madeira "
- Jardim Infantil “Flor da Vida”
- Jardim Infantil “OMCV “
- O Lar da Rotary Clube da Praia, que recebe alunos carenciados das zonas rurais dos arredores da Praia
- Lions Club Praia - Natal Crianças
- Apoio ao Pólo EB I -Escola Praça Nova
- Associação BI - Equipamentos informáticos
- Associação Ginástica de Cabo Verde - Gala de Natal
- Festividades de Natal - Hospital Baptista de Sousa
- Festividades de Natal - Hospital Dr. Agostinho Neto - Extensão Trindade - Natal dos Doentes
- Festividade Natal - Associação BI

5.- Análise da situação económico-financeira

5.1.- Evolução do Balanço

O Activo líquido ascendeu a 16,2 milhões de contos, o que representou um crescimento de 7,42% face ao ano transacto (mais 1,12 milhões de contos), para os quais contribuíram o aumento do Crédito Líquido sobre Clientes e do investimento em títulos de dívida pública.

No lado do Passivo destaca-se o crescimento dos Recursos de Clientes e de Instituições de Crédito.

Balanço a 31 de Dezembro

	2008	2009	2008/2009 %	Valor
ACTIVO	15.103.558	16.224.578	7,42%	1.121.020
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	2.017.518	2.024.039	0,32%	6.521
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	185.837	209.468	12,72%	23.631
Activos financeiros disponíveis para venda	274.521	299.128	8,96%	24.607
Aplicações em Instituições de Crédito	2.281.092	1.343.450	-41,10%	-937.642
Títulos de Dívida Pública	1.234.074	1.791.599	45,18%	557.525
Crédito a clientes	8.577.698	10.173.583	18,61%	1.595.885
Activos não correntes detidos para venda	3.630	5.865	61,57%	2.235
Outros activos tangíveis	229.909	271.067	17,90%	41.157
Activos intangíveis	4.588	4.291	-6,47%	-297
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos c	28.571	34.817	21,86%	6.246
Activos por impostos diferidos	62.020	49.698	-19,87%	-12.322
Outros activos	204.100	17.574	-91,39%	-186.526
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	15.103.558	16.224.578	7,42%	1.121.020
Recursos de Instituições de Crédito	514.211	740.755	44,06%	226.544
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.836.497	13.457.833	4,84%	621.336
Responsabilidades representadas por títulos	513.987	513.941	-0,01%	-46
Provisões	0	0	N/A	0
Passivos por impostos diferidos	58.767	38.724	-34,11%	-20.043
Outros passivos	280.196	418.316	49,29%	138.120
Capital Social	600.000	600.000	0,00%	0
Prémios de emissão	388	388	0,00%	0
Reservas de reavaliação	579	6.733	1063,13%	6.154
Outras reservas e resultados transitados	100.881	253.933	151,72%	153.052
Resultado do exercício	198.052	193.955	-2,07%	-4.097

A nível do Activo, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

Nas **disponibilidades** avulta o acréscimo em divisas em 22,96%.

O saldo de caixa situou-se em 301.512 contos, com um crescimento de 12,23% fruto da abertura de mais uma agência;

	2008	2009	Mil CVE %
Caixa e Disponibilidades	2.203.355	2.233.507	1,37%
Caixa	268.649	301.512	12,23%
Em moeda nacional	171.324	181.838	6,14%
Em divisas	97.326	119.674	22,96%
Disponibilidades sobre IC`s no País	1.820.168	1.811.957	-0,45%
Banco de Cabo Verde	1.748.869	1.722.527	-1,51%
Outras Instituições dos Creditos	71.299	89.430	25,43%
Disponibilidades sobre IC`s no estrangeiro	114.538	120.038	4,80%

As **aplicações em Instituições de Crédito** situaram-se em 1.343.450 contos registando, face ao período homólogo, um decréscimo de 41%. As aplicações sobre Instituições de Crédito no País diminuíram 31,72% e no exterior em -88% face ao mesmo período do ano anterior. Esses decréscimos são justificados pelo aumento do investimento em Títulos da Dívida Pública, os quais apresentaram taxas mais atractivas ao longo do ano.

			Mil CVE
	2008	2009	%
Aplicações em IC's	2.281.092	1.343.450	-41,10%
No País	1.904.000	1.300.000	-31,72%
Depósitos à Vista	0	0	N/A
Depósitos a Prazo	1.904.000	1.300.000	-31,72%
No Estrangeiro	391.251	43.927	-88,77%
Depósitos à Vista	0	0	N/A
Depósitos a Prazo	391.251,19	43.926,87	-88,77%
Rendimentos a receber Aplicações	14.159	477	-96,63%

O investimento em **Títulos da Dívida Pública** teve uma evolução de 45,18% face ao Dezembro de 2008, destacando-se o crescimento do saldo em Obrigações do Tesouro em 468.380 contos.

			Mil CVE
	2008	2009	%
Títulos da dívida pública	1.234.074	1.791.599	45,18%
De Dívida pública Caboverdiana	1.216.920	1.770.940	45,53%
Rendimentos receber Banco	17.154	20.659	20,43%

Os **Activos Tangíveis** atingiram o montante 271.067 contos representando um crescimento de 17,90% face a Dezembro de 2008. Este crescimento é justificado pela abertura da Agência da Assomada, no final do 2º semestre de 2009, obras e aquisição dos equipamentos necessários para a abertura da Agência da Achada Grande (prevista para 1º semestre de 2010). A imparidade de outros Activos Tangíveis diz respeito fundamentalmente ao reconhecimento da imparidade sobre o edifício sito na Achada de Santo António, cujo valor, em 2009, atingiu os 13.745 contos.

Os **Activos Intangíveis** registaram um decréscimo de 6,47% face a Dezembro de 2008.

	Mil CVE		
Activos Intangveis e Tangveis	2008	2009	%
Activos Tangveis	229.909	271.067	17,90%
Activos Tangveis Bruto	609.035	704.395	15,66%
Terreno	2.056	2.056	0,00%
Imóveis de Serviço Próprio	70.917	71.000	0,12%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	203.275	269.196	32,43%
Mobiliário e material	33.888	41.291	21,85%
Máquinas de uso administrativo	17.067	19.080	11,79%
Equipamento informático	190.862	203.900	6,83%
Equipamento de transmissão	11.413	12.044	5,54%
Material de Transporte	49.519	49.219	-0,61%
Equipamento de segurança	7.663	9.172	19,70%
Outro equipamento	22.220	27.280	22,78%
Outras activos Tangveis	157	157	0,00%
Amortizações Acumuladas	359.452	416.573	15,89%
Imparidade Outros activos tangveis	19.674	16.755	-14,84%
Activos Intangveis	4.588	4.291	-6,47%
Sistemas de Software	70.982	73.835	4,02%
Amortizações Acumuladas	66.395	69.545	4,74%

O **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos** teve um crescimento em virtude da avaliação pela equivalência patrimonial da SISP, que atingiu um crescimento de 6.246 contos. Sendo assim, a participação na SISP, em Dezembro de 2009, fixou-se em 34.817 contos, um incremento de 21,86% face ao período homólogo.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2008			2009			
	Aquisição	Avaliação por Equivalência Patrimonial	Valor 31-12-2008	Ganhos em investimentos	Valor 31-12-2009	Variação em valor	Variação em %
SISP	10.000	18.571	28.571	6.246	34.817	6.246	22%

Nos **Outros Activos** estão registados fundamentalmente comissões a receber do Estado pelos serviços prestados pelos pagamentos dos impostos dos contribuintes nos nossos balcões; falhas de caixa e regularização da compensação.

Outros Activos	Mil CVE		%
	2008	2009	
Outros Activos	204.100	17.574	-91,39%
Residentes	207.486	32.136	-84,51%
Não residente	874	1.348	54,28%
Provisões para Outros Activos	-4.260	-15.910	273,45%

Outros Activos	Mil CVE	
	2008	2009
Comissões a Receber do estado	2.737	4.148
Valores a Reembolsar - CGD	874	1.348
Património Artístico	606	606
Receitas Deferidas	5.739	6.664
Falhas de Caixa	1.618	1.675
Fundo Maneio	150	210
Cheques Devolvidos - Pendentes Co	12.617	12.226
Cheques em trânsito	2.887	2.607
Visa - Regularização	-	6
Outros Devedores	181.131	3.993
Total	208.360	33.484

A nível do **Passivo**, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

Os **Recursos a Outras Instituições de Crédito** atingiram o montante de 740.755 contos. Os recursos de Instituições de Crédito no País dizem respeito aos saldos dos depósitos de Outras Instituições Financeiras junto do BI. Em relação aos recursos de Instituições Financeiras no Estrangeiro, destacam-se as linhas de crédito de curto Prazo da Caixa Geral de Depósitos (CGD) que, no final de 2009, estavam utilizadas

em 110.421 contos, a linha de Crédito do Banco Investimento Europeu (BEI), cujo saldo na mesma data era de 207.134 contos, e a linha da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) cujo saldo, no mesmo período, era de 120.000 contos.

	2008	2009	Mil CVE %
Recursos de IC's	514.211	740.755	44,06%
Do país	70	461	559,98%
Do estrangeiro	506.925	734.869	44,97%
Encargos a pagar	7.216	5.425	-24,82%

Nas **Responsabilidades Representadas por Títulos** está registada a emissão de obrigações subordinadas subscrita em Julho de 2008 no montante de 500.000.000\$00, cuja taxa, após a realização de uma Assembleia Geral de Obrigacionistas, passou a ser fixa e no valor de 6,0% durante os próximos 4 anos e o prazo total da emissão foi alargado de seis para dez anos, com início em 8 de Julho de 2008, como forma de adequar melhor o prazo das obrigações à finalidade de aumento dos fundos próprios, permitindo que o Banco continue a manter o seu ritmo de crescimento e de financiamento da economia.

De referir que esta iniciativa constituiu uma inovação no mercado de Cabo Verde pois pela primeira vez se utilizou este mecanismo para alterar as condições de um empréstimo obrigacionista.

Nos **Outros Passivos** registou-se um aumento 36,16%, sendo que os recursos conta caução dos créditos documentários e de créditos viaturas cresceram 96,76% e outros credores em 29,28%

	2008	2009	Mil CVE %
Outros passivos	280.196	418.316	49,29%
Recursos - conta caução	33.730	66.368	96,76%
Credores - Diversos	246.466	351.948	42,80%

Os Outros Passivos têm o seguinte desdobramento:

	Mil CVE	
Outros Credores	2008	2009
Recursos - conta caução	33.730	66.368
Imposto retido na fonte	11.151	19.696
Pensão a pagar aos pensionista	151.634	231.921
Subsídio de falhas	2.614	2.450
Outros custos com pessoal	14.762	18.861
Custo administrativos Deferidos	14.310	30.084
outras comissões deferidas	8.072	18.969
ATM por Regularizar	21.323	21.544
Compensação - Valores e caução	8.386	1.876
Compensação Visa	2.663	1.592
Compensação SISP	1.730	1.965
Outros credores	8.372	977
Sobra de Caixa	1.449	2.012
Total	280.196	418.316

5.2.- Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido fixou-se em 193.955 contos e teve um decréscimo de 2,07% face ao mesmo período do ano anterior. Esse decréscimo deve-se à diminuição da margem complementar e, por outro lado, ao aumento dos custos com serviços de consultadoria a nível da transição da contabilidade para as NIRF, dos custos com as comemorações do 10º aniversário do BI e os custos com as obras iniciadas em 2009 com vista à abertura de duas novas agências.

Mil CVE

	2008	2009	2009/2008 %	Valor
Margem Financeira	578.219	626.848	8,41%	48.629
1.1 Juros e rendimentos similares	916.804	1.007.294	9,87%	90.490
1.2 Juros e encargos similares	338.585	380.446	12,36%	41.861
Margem Complementar	249.375	191.078	-23,38%	-58.298
Produto Bancário (1+2)	827.594	817.926	-1,17%	-9.668
Gastos Administrativos	447.585	521.833	16,59%	74.248
Amortizações, Provisões e Imparidade	133.423	66.147	-50,42%	-67.276
Resultados em empresas associadas	9.633	6.246	-35,16%	-3.387
Resultado Antes de Impostos	256.218	236.192	-7,82%	-20.027
Impostos correntes	58.166	42.236	-27,39%	-15.930
Resultado Líquido	198.052	193.955	-2,07%	-4.097

Os **Juros e Rendimentos Similares** registaram um crescimento de 9,87% e representa 123% do Produto Bancário. Este crescimento deve-se ao aumento dos juros do crédito concedido em 16,74%;

Os **Juros e Encargos Similares** registaram um crescimento de 12,36% e representa 46,51% do Produto Bancário. Este crescimento deve-se ao aumento dos juros dos depósitos (em 23,30%) e dos juros das obrigações emitidas (em 69,14%);

	2008	2009	Mil CVE %
Margem Financeira	578.219	626.848	8,41%
Juros e Rendimentos Similares	916.804	1.007.294	9,87%
Juros crédito concedido	799.307	933.086	16,74%
Descontos	6.171	9.741	57,84%
Créditos em conta corrente	172.063	168.063	-2,32%
Descobertos	21.690	34.592	59,48%
Outros créditos	8.675	12.407	43,03%
Empréstimos	369.658	464.121	25,55%
Recuperação de juros vencidos	10.264	54.622	432,19%
Credito ao pessoal	5.569	6.468	16,13%
Comissões recebidas associadas aos Custos Amortizados	74.852	72.581	-3,03%
Outros créditos e valores a receber (titulados)	130.364	110.491	-15,24%
De Dívida Pública Caboverdiana	93.482	78.824	-15,68%
De outros residentes	36.882	31.667	-14,14%
Juros de Aplicações em IC's	117.497	74.208	-36,84%
Juros de aplicações em IC's no país	23.582	70.070	197,13%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	93.915	4.138	-95,59%
Juros e Encargos Similares	338.585	380.446	12,36%
Juros de Depósitos de Clientes	237.287	292.580	23,30%
Ordem	6.937	18.719	169,85%
A prazo residentes	150.979	186.253	23,36%
A prazo não residentes	7.929	8.508	7,30%
Poupança jovem	4.884	6.716	37,53%
Poupança Emigrantes	66.559	72.384	8,75%
Titulos Mercado Secundário	62.578	47.838	-23,55%
Juros de Recursos de IC's	24.162	15.430	-36,14%
Outros Juros	105	153	45,39%
Juros de resp. representadas por títulos	14.453	24.445	69,14%

Quanto à **Margem Complementar**, que totalizou 249.375 contos, evidenciou um decréscimo de 23,38% face ao período homólogo.

- Os Rendimentos dos Instrumentos de Capital, fixaram-se em 19.792 contos, registando um aumento de 6,12%.

- Os Rendimentos de Outros Serviços Prestados registaram um decréscimo de -5,64%, fixando-se em 110.427 contos. Esta diminuição deve-se à diminuição das comissões recebidas fruto da maior concorrência no mercado.
- Os Encargos com Serviços e Comissões tiveram um acréscimo de 10% face ao mesmo período do ano anterior, atingindo o montante de 30.452 contos em 2009 contra 27.495 em 2008. A rubrica que mais contribuiu para este crescimento é Outras Comissões que atingiram o montante de 16.291 contos, onde avultam as comissões pagas aos Correios pelos serviços prestados a nível dos pagamentos aos Pensionistas e as comissões pagas à MSCC na sequência de aumento de volume de negócio com os cartões de crédito VISA.
- Os resultados da venda de Activos Financeiros disponíveis para venda foram nulos, enquanto que em 2008 tinha sido registada uma mais-valia realizada com a venda das acções da Enacol (cerca de 15.000 contos).
- Os Outros Resultados de Exploração tiveram uma variação negativa de 28,65%. Os Outros Rendimentos de Exploração fixaram-se em 88.311 contra 97.630 em 2008, enquanto os Outros Custos, Encargos e Gastos Operacionais atingiram os 23.215 contos contra 6.395 contos em 2008. O aumento dos custos resultou da liquidação do crédito associado a imóvel recuperado com crédito vencido desde 2005; a correcção da matéria colectável de 2004, em virtude de o DGI não aceitar como custos as provisões para riscos gerais dos créditos, o que implicou um pagamento adicional de imposto de 4.797 contos, e também o aumento dos donativos no âmbito das comemorações do 10º aniversário do BI.

	2008	2009	Mil CVE %
Margem Complementar	249.375	191.078	-23,38%
Rend. de instrumentos de capital	18.650	19.792	6,12%
Rendimentos dos Outros Serviços Prestados	117.023	110.427	-5,64%
Por garantias prestadas	25.254	29.809	18,03%
Garantias e avales	25.254	29.809	18,03%
Outras operações sobre instrumentos financeiros	51.224	42.276	-17,47%
Outras operações sobre instrumentos financeiros	51.224	42.276	-17,47%
Comissão de Mobilização CC	0	0	N/A
Por Serviços Prestados	40.287	37.267	-7,50%
Transferencias de Valores	649	615	-5,33%
Gestão de cartões	19.049	17.397	-8,67%
Anuidades	6.097	5.137	-15,75%
Montagem de operações	0	0	N/A
Prestação serviço diversos	14.492	14.118	-2,58%
Por Operações Realizadas	257	1.075	317,73%
Sobre títulos - em operações da bolsa valores	257	1.075	317,73%
Encargos com serviços e comissões	27.495	30.452	10,76%
Garantias e avales	3.003	1.610	-46,38%
Outros Serviços Prestados	24.492	28.842	17,76%
Resultado em activos Disponíveis Para Venda	19.037	0	-100,00%
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	19.037	0	-100,00%
Resultados de Reavaliação Cambial	30.487	26.215	-14,01%
Perdas em operações cambiais	144.305	19.862	-86,24%
Em divisas	6.773	9.564	41,21%
Notas e moedas estrangeiras	137.533	10.299	-92,51%
Ganhos em operações cambiais	174.793	46.078	-73,64%
Em divisas	15.030	19.242	28,03%
Notas e moedas estrangeiras	159.763	26.836	-83,20%
Resultados de alienação de outros activos	438	0	-100,00%
Outros Resultados de Exploração	91.235	65.096	-28,65%
Outros Encargos e Gastos Operacionais	6.395	23.215	263,02%
Impostos Indirectos	2.317	3.732	61,03%
Imposto selo	64	9	-85,56%
Imposto sobre transporte rodoviário	32	47	48,57%
Taxas	2.222	3.676	65,41%
Outros impostos indirectos	0	0	N/A
Quotizações e Donativos	3.559	4.247	19,34%
Outros Encargos e Gastos Operacionais	519	15.237	2835,90%
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	97.630	88.311	-9,54%
Reembolso de despesas	278	258	-7,29%
Recuperação de créditos, juros e despesas	43.805	32.917	-24,86%
Rend. prestação de serviços diversos	12.599	17.042	35,26%
Taxa de Serviços	35.438	36.717	3,61%
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	5.510	1.378	-74,99%

O **Produto Bancário** registou um decréscimo de 1,17% em relação a Dezembro de 2008. A Margem Financeira que representa 76,64% do Produto Bancário teve um acréscimo de 8,41% enquanto a Margem Complementar, que representa 23,36% do Produto Bancário, teve uma variação negativa de 23,38%.

Os **Custos de Estrutura** registaram um acréscimo de 16,59% face ao mesmo período do ano anterior. Os Custos com Pessoal, que representam 38,63% do Produto Bancário, aumentaram 17,11%, em relação a Dezembro de 2008.

Os **Gastos Administrativos** registaram um acréscimo de 24,03% face ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se a:

- Serviços da Consultadoria a nível da transição da contabilidade para as NIRF (no valor de 19.963 contos, ou seja 3,83% dos custos de estrutura);
- Comemoração de 10º aniversário do BI (que atingiram os 6.800 contos, sem considerar o prémio distribuído aos empregados por ocasião do aniversário, nem os donativos ao abrigo da iniciativa “10 anos, 10 instituições”);
- Instalações de mais 6 máquinas ATM;
- Crescimento das transacções dos cartões de crédito o que implicou um aumento das comissões a pagar à Visa;
- Abertura de Agência da Assomada
- Aumento da formação interna e externa.
- Custos com transporte de valores devido à maior frequência das viagens.

Os **Custos com o Pessoal** cresceram 17,11% ou seja mais +26.002 contos devido sobretudo ao aumento do quadro de pessoal, aumento da distribuição da participação nos lucros e prémio da Comemoração do 10º aniversário do BI,

atribuídos aos empregados em função da antiguidade no Banco (no valor de 4.143 contos), para além do aumento salarial de 4%, a incidir sobre a remuneração base.

	2008	2009	Mil CVE %
Custo de Estrutura	447.585	521.833	16,59%
Custos com pessoal	152.056	178.079	17,11%
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	28.908	30.913	6,94%
Remuneração de empregados	77.842	93.687	20,36%
Remuneração adicionais	2.335	5.512	136,08%
Outras remunerações	27.979	31.171	11,41%
Encargos sociais	13.916	16.796	20,69%
Outros custos com pessoal	1.078	0	-100,00%
Gastos gerais administrativos	228.135	282.955	24,03%
Água, Energia e Combustíveis	13.289	15.175	14,19%
Impressos e Material de Consumo	11.883	12.316	3,64%
Outros Fornecimentos de Terceiros	869	1.549	78,19%
Rendas e Alugueres	32.657	27.574	-15,56%
Comunicações e Desp de Expediente	19.075	23.115	21,18%
Deslocações, Estadas e Representações	15.308	8.647	-43,51%
Publicidade e Edição de Publicações	23.699	42.611	79,81%
Conservação e Reparação	1.880	3.582	90,55%
Transportes	873	3.693	323,03%
Formação de Pessoal	2.698	5.021	86,08%
Seguros	4.474	6.072	35,73%
Serviços Especializados	99.617	126.109	26,59%
Outros Serviços de Terceiros	1.805	7.490	314,94%
Amortizações do Exercício	67.394	60.799	-9,79%
De outros activos tangíveis	4.983	3.166	-36,46%
De outros activos tangíveis	4.983	3.166	-36,46%
Outros activos tangíveis	62.412	57.634	-7,66%
De imóveis de serviço	1.062	1.070	0,80%
Obras em edifícios arrendados	19.401	12.758	-34,24%
De equipamento	41.949	43.806	4,42%

De realçar que nos Custos de Pessoal está incluída, à semelhança dos anos anteriores, uma verba para cobrir uma eventual participação na distribuição dos lucros para os trabalhadores e órgãos de gestão, relativa ao exercício de 2009 mas a definir após a respectiva aprovação de contas (em 2010).

No tocante à remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização deverá ser realçado que não existiu qualquer aumento da sua remuneração e que o acréscimo verificado deve-se ao facto de durante parte substancial do ano de 2008 o Conselho de Administração ter funcionado com menos um elemento.

As **amortizações do exercício** fixaram-se em 60.799 contos uma diminuição, face ao período homólogo, em 9,79%. Esse decréscimo deve-se à depreciação total das despesas com as instalações das Agências de Sede, Mindelo e Plateau que abriram em 1998.

O Resultado Bruto ficou em 236.192 contos que, comparado com Dezembro de 2008, registou um decréscimo de 7,82%.

O **Imposto do Exercício** fixou-se em 42.329 contos em 2009 contra 58.166 contos em 2008

Assim o **Resultado Líquido** atingiu o valor de 193.955 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia um decréscimo de 2,07%.

5.3.- Rácios Prudenciais

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 12,40%, bastante acima do limite legal de 10%.

Com efeito, os Capitais Próprios fixaram-se em 1.055.009 contos registando um acréscimo de 17,24% contos face a igual período do ano findo. Para este facto contribuíram essencialmente as Reservas que aumentaram 71,93%, resultante da incorporação dos Resultado de 2008.

Gestão do Capital	2008	2009	Varição
Fundos Próprios de Base	846.439	952.726	106.286
Capital Social	600.000	600.000	0
Reservas e Prémios	233.238	400.718	167.480
Resultado Líquido	166.159	96.978	-69.182
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	-152.958	-144.970	7.988
Fundos Próprios Complementares	423.220	476.363	53.143
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	0
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	-76.780	-23.637	53.143
Deduções aos Fundos Próprios totais	171.122	83.132	-87.989
Participações em Instituições de Crédito	68.676	75.108	6.432
Excesso na concentração de risco	102.446	8.024	-94.422
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	1.098.537	1.345.956	247.419
Total do Activo Ponderado	9.094.086	10.857.602	1.763.516
Rácios	2008	2009	Varição
Fundos Próprios de Base	9,31%	8,77%	-0,53%
Fundos Próprios Complementares	4,65%	4,39%	-0,27%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-1,88%	-0,77%	1,12%
Rácio de Solvabilidade	12,08%	12,40%	0,32%

Em relação aos outros rácios prudenciais, o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

Rácio Prudencial	Valor Mínimo	Valor observado em 2009
Cobertura do Imobilizado	100% dos Fundos Próprios	181,00%
Cobertura das Responsabilidades		
Exigíveis até 7 dias	20,00%	42,33%
Exigíveis até 30 dias	20,00%	64,67%
Exigíveis até 90 dias	20,00%	103,63%
Exigíveis em prazo > 90 dias:	20,00%	79,95%
Títulos da Dívida Pública	582.240 cts	1.770.940 cts

5.4. - Impacto dos ajustamentos pela aplicação das NIRF

Neste exercício o Banco apresenta pela primeira vez as Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

No âmbito deste novo normativo tiveram também de ser reelaboradas, com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2009, e apresentadas, para efeitos comparativos, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Todo este processo implicou um elevado conjunto de alterações e procedimentos que estiveram na origem no tardio encerramento das contas o qual só foi possível durante este mês de Maio.

O empenho da entidade de supervisão e o esforço dos Bancos, justifica-se pelo facto de a implementação das normas possibilitar a harmonização global das regras de contabilização e avaliação em Cabo Verde com o dos países com sistemas mais evoluídos, potenciando, no futuro, estamos certos, a redução dos custos de captação de recursos financeiros e da elaboração e divulgação de informação financeira destinada aos investidores, no âmbito de processos de colocação de instrumentos de capital e de dívida no mercado.

A aplicação destas novas normas desde 1 de Janeiro de 2008 determinou um conjunto de ajustamentos nas contas, com impacto ao nível do activo, passivo e capitais próprios.

De entre os impactos mais significativos nos capitais próprios, destacam-se os seguintes:

- Justo valor e imparidade na carteira de títulos e participações financeiras: As carteiras de títulos de investimento e de participações financeiras (com excepção das associadas) foram reclassificadas para as diferentes categorias permitidas pela Norma IAS 39, originando a existência de imparidade nalgumas situações. O impacto destas alterações nos capitais próprios foi negativo e atingiu os 36.740 contos.

- Reclassificação de participação na SISP como “Investimento em associadas”, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28. O movimento ocorrido no valor de balanço desta participação nos exercícios de 2009 e 2008 originou um impacto positivo de 18.571 contos.
- Imparidade do Crédito - As normas do PCSB exigiam a constituição de provisões específicas para o crédito vencido de forma automática pelo critério de garantia e de antiguidade da situação de incumprimento, enquanto as NIRF estipulam o reconhecimento da imparidade no crédito, em função das estimativas do valor recuperável e incorporando o factor do desconto. O montante de imparidade apurado, com referência à data de transição, teve um impacto negativo de 94.150 contos;
- Activos intangíveis e tangíveis: As NIRF determinam o reconhecimento de imparidade nesses activos quando exista uma estimativa de perda de valor não recuperável do investimento efectuado. Por outro lado, foi necessário reclassificar activos que à luz das NIRF não constituem activos intangíveis e ajustar as taxas de depreciação dos investimentos qualificados como activos tangíveis e intangíveis. As alterações efectuadas induziram um impacto negativo de 14.630 contos neste conjunto de activos;
- Periodificação das comissões: Nas regras do PCSB as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros eram registadas quando cobradas. De acordo com as NIRF, as comissões associadas a instrumentos financeiros que não tenham a natureza de remuneração por prestação de serviços são periodificadas ao longo da vida das referidas operações. A periodificação deste conjunto de comissões traduziu-se num impacto de transição para as NIRF negativo de 81.180 contos;
- Impostos diferidos activos: Os impostos diferidos activos, que não eram reconhecidos no âmbito da aplicação do PCSB, passaram a ser integrados nas contas desde que seja provável a existência de lucros tributáveis que venham a

absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais). Estes impostos diferidos tiveram origem nos ajustamentos de transição e foram registados nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, dado terem sido considerados fiscalmente relevantes e concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de 5 anos. O montante líquido de impostos diferidos apurado teve um impacto positivo na situação líquida de 49.911 contos.

Estes ajustamentos resultantes da aplicação das NIRF, tiveram globalmente um impacto desfavorável no volume de capitais próprios consolidados na transição de 31/12/08 para 01/01/09, no valor de 145.819 contos.

6.- Eventos subsequentes

1. Em Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 25 de Janeiro de 2010, foi aprovado um aumento do Capital Social do Banco Interatlântico de 600.000.000\$00 (seiscentos milhões de escudos) para 1.000.000.000\$00 (mil milhões de escudos) que visou, ao mesmo tempo, adequar os Fundos Próprios do Banco à sua visão estratégica e às novas condições de mercado.

O aumento de capital foi reservado a Accionistas e realizado ao valor nominal (10.000\$00 por acção), através da emissão de 40.000 novas acções, podendo cada Accionista subscrever 0,666(6) novas acções por cada acção detida.

O aumento de capital foi integralmente realizado, tendo sido efectuado, no dia 16 de Abril de 2010, na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel da Praia, o respectivo registo.

A ser aprovada a distribuição de resultados proposta no ponto seguinte, os fundos próprios, ficarão como se segue:

Fundos próprios após distribuição

Capital Social	1.000.000.000,00
Reservas - Prémio de emissão	388.453,00
Reserva Legal	98.030.492,59
Resultados Transitados	399.276.522,53
Fundos Próprios	1.497.695.468,12

2. No dia 19 de Abril de 2010 o Banco Interatlântico assinou um contrato de compra e venda para a aquisição de 17,5% do capital social da PROMOLEASING - Sociedade de Locação Financeira, SA, o que irá permitir ao Banco comercializar, ainda durante o ano, o leasing mobiliário.

7.- Proposta de distribuição de resultado

Tendo em conta a política de capitalização do Banco Interatlântico e o resultado líquido do exercício de 2009, propõe-se a seguinte distribuição:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- A distribuir pelos Accionistas, 50% (cinquenta por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

Distribuição de resultados 2009

	<u>Distribuição</u>	%
Lucro líquido	193.955.439,40	100,0%
Reserva Legal (10%)	19.395.543,94	10,0%
Outras Reservas	77.582.175,76	40,0%
A Distribuir pelos accionistas	<u>96.977.719,70</u>	50,0%

Nota: Em Assembleia-Geral do Banco Interatlântico, realizada no dia 18 de Maio de 2010, foi aprovada a aplicação de resultados do exercício de 2009, nos termos propostos.

8.- Considerações finais

O exercício económico de 2009 foi globalmente positivo para o Banco Interatlântico, apesar da conjuntura vigente e permite ao Conselho de Administração propor aos Senhores Accionistas a afectação a título de dividendo de um valor superior ao dobro do valor distribuído no ano anterior.

Os indicadores de desempenho do Banco continuam a um nível satisfatório, apesar da conjuntura de crise económica e financeira internacional, do cenário de desaceleração do crescimento da economia nacional e da persistência de uma forte concorrência no mercado financeiro cabo-verdiano, o que demonstra a capacidade do BI em ajustar a sua política às condições do mercado.

Fruto do crescimento registado a nível do crédito concedido e das novas normas contabilísticas impostas pelo SNCRF, o rácio de solvabilidade aproximou-se do mínimo exigido em termos prudenciais, situação ultrapassada com o posterior aumento do Capital Social do Banco (Abril de 2010).

O Banco Interatlântico protagonizou com sucesso, através de Assembleia Geral de Obrigacionistas a alteração das condições das Obrigações Subordinadas emitidas em 2008. O nível de adesão dos obrigacionistas demonstra a confiança do mercado no Banco Interatlântico. Pela confiança demonstrada, mais uma vez, apresentamos aos nossos obrigacionistas um especial agradecimento.

Os resultados atingidos deveram-se à confiança dos nossos clientes, razão principal da nossa existência que, com as suas necessidades e exigências, contribuíram e contribuirão seguramente para o aperfeiçoamento contínuo da nossa oferta, através de ajustamentos, tanto a nível da organização e procedimentos, como a nível do alargamento da rede distribuição e da gama de produtos e serviços prestados. Aos nossos clientes os nossos sinceros agradecimentos.

Especial agradecimento vai ainda para as seguintes entidades:

Banco de Cabo Verde, pela sua função de supervisão e aperfeiçoamento do sistema financeiro cabo-verdiano;

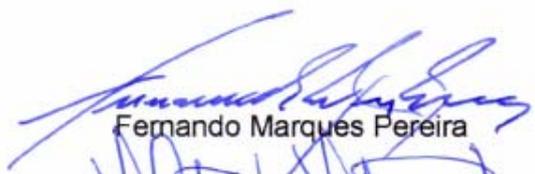
Bolsa de Valores de Cabo Verde, pelo empenho e profissionalismo demonstrados aquando da montagem das operações em que o Banco actuou como colocador;

Accionistas, pela confiança depositada e o interesse demonstrado em apoiar e acompanhar as necessidades de desenvolvimento da Instituição.

Membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das actividades do Banco;

Trabalhadores e colaboradores do Banco Interatlântico, pelo empenho, dedicação, profissionalismo e esforços demonstrados ao longo do exercício de 2009 em prol do desenvolvimento e consolidação de Banco.

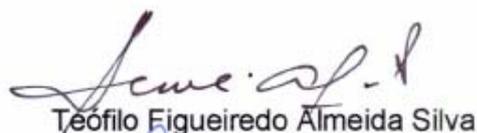
Praia, 6 de Maio de 2010



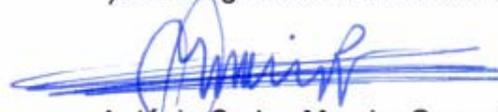
Fernando Marques Pereira



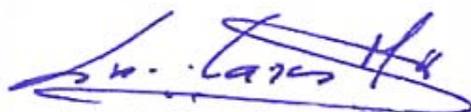
Manuel Fernando Monteiro Pinto



Teófilo Figueiredo Almeida Silva



António Carlos Moreira Semedo



Luis de Carvalho Machado

ANEXOS

BALANÇO DEZEMBRO DE 2009-2008

ACTIVO	Dezembro de 2009		Dezembro de 2008	Variação 2009 -2008		
	Activo Bruto	Provisões, impartidade e amortizações		Activo líquido	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.024.039	0	2.017.518	6.521	0,32%	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.468	0	185.837	23.631	12,72%	
Activos financeiros disponíveis para venda	329.200	-30.072	274.521	24.607	8,96%	
Aplicações em instituições de crédito	1.343.450	0	2.281.092	-937.642	-41,10%	
Títulos de Dívida Pública	1.791.599	0	1.234.074	557.525	45,18%	
Crédito a clientes	10.759.298	-585.715	8.577.698	1.595.885	18,61%	
Activos não correntes detidos para venda	5.865	0	3.630	2.235	61,57%	
Outros activos tangíveis	704.395	-433.328	229.909	41.157	17,90%	
Activos intangíveis	73.835	-69.545	4.291	-297	-6,47%	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	34.817	0	28.571	6.246	21,86%	
Activos por impostos correntes	5.406	0	4.115	1.291	31,36%	
Activos por impostos diferidos	44.292	0	57.905	-13.613	-23,51%	
Outros activos	33.484	-15.910	204.100	-186.526	-91,39%	
Total do Activo	17.359.148	-1.134.570	15.103.558	1.121.021	7,42%	
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
Recursos de outras instituições de crédito			740.755	514.211	226.544	44,06%
Recursos de clientes e outros empréstimos			13.457.833	12.836.497	621.336	4,84%
Responsabilidades representadas por títulos			513.941	513.987	-46	-0,01%
Provisões			0	0	0	#DIV/0!
Passivos por impostos correntes			32.329	50.773	-18.443	-36,33%
Passivos por impostos diferidos			6.395	7.994	-1.599	-20,00%
Outros passivos			418.316	280.196	138.120	49,29%
Total do Passivo			15.169.570	14.203.658	965.912	6,80%
Capital			600.000	600.000	0	0,00%
Prémios de emissão			388	388	0	0,00%
Reservas de reavaliação			6.733	579	6.154	1063,13%
Outras reservas e resultados transferidos			253.932	100.881	153.052	151,72%
Resultado do exercício			193.955	198.052	-4.097	-2,07%
Total do Capital próprio			1.055.009	899.900	155.109	17,24%
Total do Passivo e do Capital Próprio			16.224.579	15.103.558	1.121.021	7,42%

O Responsável da Contabilidade,

Henriques

A Administração,

Henriques

Demonstração de Resultado Dezembro 2009- 2008

	Dezembro de 2009		Dezembro de 2008		Variação 2009-2008	
Juros e rendimentos similares	1.007.294	916.804	9,87%	90.490		
Juros e encargos similares	380.446	338.585	12,36%	41.861		
MARGEM FINANCEIRA	626.848	578.219	8,41%	48.629		
Rendimentos de instrumentos de capital	19.792	18.650	6,12%	1.141		
Rendimentos de serviços e comissões	110.427	117.023	-5,64%	(6.596)		
Encargos com serviços e comissões	30.452	27.495	10,76%	2.957		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	19.037	-100,00%	(19.037)		
Resultados de reavaliação cambial	26.215	30.487	-14,01%	(4.272)		
Resultados de alienação de outros activos	-	438	-100,00%	(438)		
Outros resultados de exploração	65.096	91.235	-28,65%	(26.139)		
MARGEM COMPLEMENTAR	191.078	249.375	-23,38%	(58.298)		
PRODUTO BANCÁRIO	817.926	827.594	-1,17%	(9.668)		
Custos com pessoal	178.079	152.056	17,11%	26.022		
Gastos gerais administrativos	282.955	228.135	24,03%	54.820		
Amortizações do exercício	60.799	67.394	-9,79%	(6.595)		
CUSTO DE ESTRUTURA	521.833	447.585		74.248		
Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-				
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	56.072	132.568	-57,70%	(76.497)		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(10.075)	(855)	1079,06%	(9.221)		
Resultados em empresas associadas	6.246	9.633	-35,16%	(3.387)		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	236.192	256.219	-7,82%	(20.027)		
Impostos	-	-				
Correntes	32.329	58.166	-44,42%	(25.838)		
Diferidos	9.908	-				
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	193.955	198.052	-2,07%	(4.097)		

O Responsável da Contabilidade,

Henriques

A Administração,

Francisco José Gomes

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de
Dezembro de 2009 acompanhadas do
Relatório de Auditoria**

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na ÓROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
150-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de mCve. 16.224.579 e capitais próprios de mCve. 1.055.009, incluindo um resultado líquido de mCve. 193.955, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 36).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

A Deloitte & Associados, SROC S.A. é uma entidade integrante do grupo de empresas Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Entity, ou de uma ou mais entidades da sua rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para saber a descrição e o âmbito da estrutura legal de Deloitte Touche Tohmatsu, e para obter mais informações consulte www.deloitte.com/pt

180: Sociedade com sede e forma comercial | Central Social: 300.000.00 Euros | Matriculada C.R.C. de Lisboa n.º 301 772.311
Sólo: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1500-094 Lisboa | Porto: Rua 1.ª de Dezembro, 139, 4150-148 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na DROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 2 de 2

Ênfases

5. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2009 o Banco aplicou pela primeira vez na preparação das suas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente em vigor (Plano de Contas para o Sistema Bancário – PCSB) para as NIRF, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2008. Consequentemente, a informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2008 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as NIRF para efeitos de comparabilidade. Na Nota 35 do Anexo às demonstrações financeiras são apresentadas as divulgações relativas ao impacto de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 7 de Maio de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2009		2008		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
		Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido (Pró-forma)				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	2.024.039	-	2.024.039	2.017.519	Recursos de outras instituições de crédito	15	740.755	514.212
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	209.468	-	209.468	185.837	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	13.457.833	12.836.497
Activos financeiros disponíveis para venda	5	339.211	(40.082)	299.129	274.520	Responsabilidades representadas por títulos	17	513.941	513.986
Aplicações em instituições de crédito	6	1.343.450	-	1.343.450	2.281.092	Passivos por impostos correntes	13	32.330	50.772
Títulos de dívida pública	7	1.791.599	-	1.791.599	1.234.074	Passivos por impostos diferidos	13	6.395	7.994
Crédito a clientes	8	10.759.298	(585.715)	10.173.583	8.577.698	Outros passivos	19	418.316	280.198
Activos não correntes detidos para venda	9	5.865	-	5.865	3.630	Total do Passivo		<u>15.169.570</u>	<u>14.203.659</u>
Outros activos tangíveis	10	704.395	(433.328)	271.067	229.909	Capital	20	600.000	600.000
Activos intangíveis	11	73.835	(69.545)	4.290	4.587	Prémios de emissão	21	388	388
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	34.817	-	34.817	28.571	Reservas de reavaliação	5 e 21	6.734	579
Activos por impostos correntes	13	5.406	-	5.406	4.115	Outras reservas e resultados transitados	21	253.932	100.880
Activos por impostos diferidos	13	44.292	-	44.292	57.905	Resultado do exercício	21	193.955	198.052
Outros activos	14	33.484	(15.910)	17.574	204.101	Total do Capital próprio		<u>1.055.009</u>	<u>899.899</u>
Total do Activo		<u>17.369.159</u>	<u>(1.144.580)</u>	<u>16.224.579</u>	<u>15.103.558</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>16.224.579</u>	<u>15.103.558</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(Pró-forma)</i>
Juros e rendimentos similares	22	1.007.294	916.804
Juros e encargos similares	23	(380.446)	(338.585)
MARGEM FINANCEIRA		<u>626.848</u>	<u>578.219</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	24	19.792	18.650
Rendimentos de serviços e comissões	25	110.427	117.023
Encargos com serviços e comissões	25	(30.452)	(27.495)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	26	-	19.037
Resultados de reavaliação cambial		26.215	30.487
Resultados de alienação de outros activos	27	207	438
Outros resultados de exploração	28	64.889	91.235
PRODUTO BANCÁRIO		<u>817.926</u>	<u>827.594</u>
Custos com pessoal	29	(178.079)	(152.056)
Gastos gerais administrativos	30	(282.955)	(228.135)
Amortizações do exercício	10 e 11	(60.799)	(67.395)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(56.072)	(132.568)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	(10.075)	(855)
Resultados em empresas associadas	12	6.246	9.633
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>236.192</u>	<u>256.218</u>
Impostos			
Correntes	13	(32.330)	(50.772)
Diferidos	13	(9.907)	(7.394)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		<u>(42.237)</u>	<u>(58.166)</u>
		<u>193.955</u>	<u>198.052</u>
Número médio de acções ordinárias emitidas		60.000	60.000
Resultado por acção		3,2	3,3

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	8.262	1.462
Efeito fiscal	(2.107)	(883)
Outros	-	(2)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	<u>6.155</u>	<u>577</u>
Resultado líquido do exercício	193.955	198.052
Total do rendimento integral do exercício	<u><u>200.110</u></u>	<u><u>198.629</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(Pró-forma)</i>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Resultado líquido do exercício	193.955	198.052
Ajustamentos:		
Amortizações	60.799	67.395
Provisões e imparidade	66.147	133.423
Impostos diferidos	9.907	7.394
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(6.246)	(9.633)
Variações nos activos e passivos operacionais:		
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	937.642	934.904
(Aumento) / diminuição de títulos de dívida pública	(557.525)	903.914
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	(1.651.957)	(2.776.349)
(Aumento) / diminuição de activos não correntes detidos para venda	(2.235)	(130)
(Aumento) / diminuição de outros activos	172.242	(190.119)
Aumento / (diminuição) de recursos de outras instituições de crédito	226.543	(226.613)
Aumento / (diminuição) de recursos de clientes e outros empréstimos	621.336	1.550.745
Aumento / (diminuição) de outros passivos	119.676	81.410
<i>Fluxo das actividades operacionais</i>	<u>190.284</u>	<u>674.393</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Activos intangíveis	-	95.038
Pagamentos respeitantes a:		
Activos financeiros disponíveis para venda	(16.347)	-
Outros activos tangíveis	(95.888)	(31.508)
Activos intangíveis	(2.853)	-
<i>Fluxo das actividades de investimento</i>	<u>(115.088)</u>	<u>63.530</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Responsabilidades representadas por títulos	-	513.986
Pagamentos respeitantes a:		
Responsabilidades representadas por títulos	(45)	-
Dividendos distribuídos	(45.000)	(81.000)
<i>Fluxo das actividades de financiamento</i>	<u>(45.045)</u>	<u>432.986</u>
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	30.151	1.170.909
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.203.356	1.032.447
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.233.507	2.203.356

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de oito agências, das quais quatro se encontram localizadas na cidade da Praia, duas no Sal, uma no Mindelo e uma em Santa Maria.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de Maio de 2010, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF)

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009 são as primeiras apresentadas pelo Banco de acordo com as NIRF. Deste modo, tal como definido na Norma IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” (IFRS 1), foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

Até 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), aprovado pelo Aviso nº 6/94, de 19 de Julho, com modificações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 39/2003, de 20 de Outubro e Aviso nº 4/2004, de 27 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Banco apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo com as NIRF sendo o impacto à data de transição explicado na Nota 35.

De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e para o exercício então findo, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

2.3. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio comunicado pelo Banco de Cabo Verde no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2009 e 2008, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
1 USD	76,790	78,097

c) Instrumentos financeirosi) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Anulações de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) o Banco recorre a avaliações de entidades externas, as quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo entre outros factores as expectativas de evolução da actividade futura da empresa, as taxas de juro e o prémio de risco de mercado e a volatilidade.

ii) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 50.000 ou que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em “Activos não correntes detidos para venda”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

f) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	12
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	5 - 4
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%. Em Janeiro de 2009, a taxa do IUR foi alterada de 30% para 25% com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2008.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para férias e subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.3. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.3. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.3. c) ii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.3. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)p) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

As Normas e Interpretações aprovadas pelo IASB, mas não adoptadas pelo Banco, por serem de aplicação obrigatória apenas em exercícios económicos futuros, são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:		
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação, aplicável a concessões do tipo público-para-privado, enquadra o operador como prestador de serviços e introduz regras de reconhecimento por parte do operador do rédito de construção e de operação de infraestruturas e sua mensuração.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação clarifica as condições necessárias para enquadrar o reconhecimento do rédito proveniente da construção de imóveis no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilidade de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”	1-Jan-13	<p>Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – “Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”. O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, incluindo:</p> <p>a) Registo pelo custo amortizado dos instrumentos de dívida que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial. Os restantes instrumentos de dívida deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;</p> <p>b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. É definida a opção de designar de forma irrevogável instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios caso seja utilizada esta opção, as valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) são integralmente reconhecidos por contrapartida de reservas;</p> <p>c) Eliminação da possibilidade de separação do derivado e do contrato de acolhimento em activos financeiros com derivados embutidos;</p>
REVISÕES:		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10	Esta revisão reflecte as várias alterações ocorridas desde a primeira versão desta norma.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 2 (Alterada) – “Pagamentos baseados em acções”	1-Jan-10	Esta revisão clarifica o tratamento a adoptar por uma subsidiária nas suas demonstrações financeiras individuais relativamente a transacções baseadas em acções quando o pagamento é efectuado pela empresa mãe ou por outra entidade do grupo.
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão introduz alterações: (a) na mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) no reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) no tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) no registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de venda de interesses das quais não resulte a perda de controlo sobre a entidade.
IAS 24 (Alterada) – “Entidades relacionadas”	1-Jan-11	Introduz uma isenção de alguns requisitos de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa.
IFRIC 14 – “O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” (Emenda)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.
IFRIC 19 – “Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio”	1-Jul-10	Clarifica o tratamento contabilístico de com a liquidações de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio.
EMENDAS:		
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-09	Estas emendas clarificam alguns aspectos da contabilidade de cobertura, nomeadamente: (i) a identificação da inflação como um risco coberto e (ii) a cobertura com opções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas clarificam as circunstâncias em que é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa		
· Moeda nacional	181.838	171.324
· Moeda estrangeira	119.674	97.326
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
· Moeda nacional	1.722.527	1.748.869
	<u>2.024.039</u>	<u>2.017.519</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% (14% até 18 de Fevereiro de 2009) da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2009 e 2008, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos à ordem:		
· Caixa Geral de Depósitos, S.A.	50.279	21.908
· Em outras instituições no estrangeiro	69.760	22.817
· Em instituições no país	110	543
	<u>120.149</u>	<u>45.268</u>
Cheques a cobrar:		
· Sobre o estrangeiro	-	69.813
· Sobre o país	89.319	70.756
	<u>89.319</u>	<u>140.569</u>
	<u>209.468</u>	<u>185.837</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Instrumentos de capital:</u>		
Valorizados ao justo valor	312.090	287.481
Valorizados ao custo histórico	<u>27.121</u>	<u>27.121</u>
	<u>339.211</u>	<u>314.602</u>
<u>Imparidade:</u>		
Instrumentos de capital (Nota 18)	<u>(40.082)</u>	<u>(40.082)</u>
	<u>299.129</u>	<u>274.520</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	<u>2009</u>				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	222.000	4,99%	218.018	6.029	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	51.287	435	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	4.583	3.260	-
	<u>302.366</u>		<u>273.888</u>	<u>9.724</u>	<u>(38.202)</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.133	0,65%	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	<u>27.121</u>		<u>25.241</u>	<u>-</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>329.487</u>		<u>299.129</u>	<u>9.724</u>	<u>(40.082)</u>
n.d. - não disponível					
Título	<u>2008</u>				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	205.653	4,97%	195.642	-	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	50.852	-	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	2.785	1.462	-
	<u>286.019</u>		<u>249.279</u>	<u>1.462</u>	<u>(38.202)</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.133	0,65%	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	<u>27.121</u>		<u>25.241</u>	<u>-</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>313.140</u>		<u>274.520</u>	<u>1.462</u>	<u>(40.082)</u>
n.d. - não disponível					

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de mercado das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.808 e mCve. 941, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Os principais movimentos relativos a instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2009 e 2008 foram os seguintes:

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

No exercício de 2009, o Banco adquiriu 16.347 acções no âmbito do aumento de capital do Banco Comercial do Atlântico, S.A., com um custo de aquisição de mCve. 16.347.

Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Durante o exercício de 2008, o Banco vendeu as acções que detinha da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A., tendo registado uma mais-valia de mCve. 15.106 (Nota 26).

VISA International Services Association

Em 18 de Março de 2008, no âmbito da transformação da VISA International Services Association (VISA) em sociedade anónima, foram atribuídas ao Banco 1.553 acções, as quais foram valorizadas em mCve. 3.022, equivalente ao custo de aquisição pago pelo Banco aquando da adesão como membro do sistema VISA, e que naquela data se encontrava totalmente amortizado (Nota 26). Adicionalmente, na sequência da Oferta Pública Inicial, o Banco alienou 873 acções da VISA tendo apurado uma mais-valia de mCve. 909 (Nota 26).

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Aplicações de crédito no país:		
· No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	100.000	1.774.000
- Títulos de regularização monetária	700.000	130.000
- Aplicações a muito curto prazo	500.000	-
	<u>1.300.000</u>	<u>1.904.000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
· Na Caixa Geral de Depósitos:		
- Aplicações a muito curto prazo	-	146.454
- Depósitos	39.496	240.313
· Outras instituições de crédito	4.431	4.484
	<u>43.927</u>	<u>391.251</u>
Juros a receber	725	6.625
Proveitos diferidos	(1.202)	(20.784)
	<u>1.343.450</u>	<u>2.281.092</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor nominal	1.670.940	1.202.560
<u>Bilhetes do Tesouro</u>		
Valor nominal	100.000	14.360
Juros a receber	20.659	17.154
	<u>1.791.599</u>	<u>1.234.074</u>

O valor nominal das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro cedidos com acordo de recompra ascende a mCve. 1.673.334 e mCve. 1.131.080, respectivamente (Nota 16).

8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	60.945	145.058
. Empréstimos	160.937	42.319
. Descobertos em depósitos à ordem	221.354	43.079
. Outros créditos	76.394	59.204
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	6.263.792	4.294.234
. Créditos em conta corrente	1.997.068	2.722.092
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	30.000	-
. Descobertos em depósitos à ordem	2.403	1.583
. Habitação	40.000	1.120
. Outros créditos	1.133	3.598
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	319.232	221.257
. Créditos em conta corrente	188.166	257.652
Crédito ao pessoal	223.813	188.676
Outros créditos e valores a receber - titulados	677.056	498.941
	<u>10.262.293</u>	<u>8.478.813</u>
Juros a receber	47.074	42.654
Comissões e outros proveitos diferidos	(104.180)	(84.863)
Custos diferidos	293	248
Crédito e juros vencidos	553.818	702.724
	<u>10.759.298</u>	<u>9.139.576</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	(585.715)	(561.878)
	<u>10.173.583</u>	<u>8.577.698</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.3. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2009	2008	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	130.618	54.616	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	157.051	82.126	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199	14-06-2027
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	180.000	180.000	10-08-2012
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	150.000	150.000	06-08-2012
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	-	31-07-2015
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	999	-	18-02-2014
Tecnicil Indústria, S.A.	6.193	-	23-04-2014
	<u>677.056</u>	<u>498.941</u>	

As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. e Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Durante o exercício de 2008, o Banco vendeu, pelo custo de aquisição, 40.000 obrigações da Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., registadas na rubrica “Outros títulos de rendimento fixo de empresas nacionais”.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2009								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	9.323	690	10.013	9.323	690	10.013
Indústrias extractivas	-	-	-	23.298	-	23.298	23.298	-	23.298
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	277.438	8.465	285.903	277.438	8.465	285.903
Indústria têxtil	-	-	-	8.696	799	9.495	8.696	799	9.495
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	9.524	-	9.524	9.524	-	9.524
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	108.231	3.600	111.831	108.231	3.600	111.831
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	6.331	-	6.331	6.331	-	6.331
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	332.476	1.443	333.919	332.476	1.443	333.919
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	1.799	596	2.395	1.799	596	2.395
Construção	268.299	-	268.299	1.067.637	41.252	1.108.889	1.335.936	41.252	1.377.188
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	600.821	15.714	616.535	600.821	15.714	616.535
Transportes, armazenagem e comunicações	141.778	-	141.778	682.885	26.549	709.434	824.663	26.549	851.212
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	660.324	20.485	680.809	660.324	20.485	680.809
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	214.547	2.845	217.392	214.547	2.845	217.392
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	4.666	2.813	7.479	4.666	2.813	7.479
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	781.475	33.157	814.632	781.475	33.157	814.632
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	2.499	-	2.499	2.499	-	2.499
Educação	-	-	-	136.516	-	136.516	136.516	-	136.516
Saúde e segurança social	-	-	-	47.688	-	47.688	47.688	-	47.688
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	70.000	-	70.000	1.903.199	236.093	2.139.292	1.973.199	236.093	2.209.292
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	10.046	-	10.046	10.046	-	10.046
	<u>480.077</u>	-	<u>480.077</u>	<u>6.889.419</u>	<u>394.501</u>	<u>7.283.920</u>	<u>7.369.496</u>	<u>394.501</u>	<u>7.763.997</u>
Particulares									
Habituação	-	-	-	1.361.196	152.065	1.513.261	1.361.196	152.065	1.513.261
Outros fins	-	-	-	854.544	7.252	861.796	854.544	7.252	861.796
	-	-	-	<u>2.215.740</u>	<u>159.317</u>	<u>2.375.057</u>	<u>2.215.740</u>	<u>159.317</u>	<u>2.375.057</u>
	<u>480.077</u>	-	<u>480.077</u>	<u>9.105.159</u>	<u>553.818</u>	<u>9.658.977</u>	<u>9.585.236</u>	<u>553.818</u>	<u>10.139.054</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

31.12.2008									
Sector Público Administrativo			Empresas privadas e particulares			Total			
e Empresas Públicas									
Crédito	Crédito		Crédito	Crédito		Crédito	Crédito		
vincendo	vencido	Total	vincendo	vencido	Total	vincendo	vencido	Total	
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	3.395	377	3.772	3.395	377	3.772	
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	338.595	-	338.595	338.595	-	338.595	
Indústria têxtil	-	-	6.770	1.793	8.563	6.770	1.793	8.563	
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	1.684	1.684	-	1.684	1.684	
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	4.573	4.573	-	4.573	4.573	
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	5.368	-	5.368	5.368	-	5.368	
Outras indústrias transformadoras	-	-	212.479	4.204	216.683	212.479	4.204	216.683	
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	6.807	8.291	15.098	6.807	8.291	15.098	
Construção	239.873	-	239.873	758.856	56.841	815.697	998.729	56.841	1.055.570
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	388.304	58.317	446.621	388.304	58.317	446.621	
Transportes, armazenagem e comunicações	263.143	-	263.143	503.114	32.034	535.148	766.257	32.034	798.291
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	603.742	50.418	654.160	603.742	50.418	654.160	
Actividades de informação e de comunicação	-	-	242.988	4.758	247.746	242.988	4.758	247.746	
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	2.500	6.351	8.851	2.500	6.351	8.851	
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	553.031	27.587	580.618	553.031	27.587	580.618	
Educação	-	-	171.818	981	172.799	171.818	981	172.799	
Saúde e segurança social	-	-	18.128	2.012	20.140	18.128	2.012	20.140	
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	70.003	-	70.003	2.061.369	153.206	2.214.575	2.131.372	153.206	2.284.578
Famílias com empregados domésticos	-	-	795	99.145	99.940	795	99.145	99.940	
	573.019	-	573.019	5.878.059	512.572	6.390.631	6.451.078	512.572	6.963.650
Particulares									
Habitação	-	-	958.920	187.619	1.146.539	958.920	187.619	1.146.539	
Outros fins	-	-	569.873	2.533	572.406	569.873	2.533	572.406	
	-	-	1.528.793	190.152	1.718.945	1.528.793	190.152	1.718.945	
	573.019	-	573.019	7.406.852	702.724	8.109.576	7.979.871	702.724	8.882.595

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é integralmente composta por imóveis recebidos por recuperação de créditos vencidos, cujo valor ascende a mCve. 5.865 e mCve. 3.630, respectivamente.

No exercício de 2009, o Banco registou uma mais-valia de mCve. 694 na alienação de um imóvel (Nota 28).

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009								
Saldos em 31-12-2008								
Descrição	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições	Transfe-rências	Abates líquidos	Amortizações do exercício	Reversões de	Valor líquido em 31-12-2009
							imparidade no exercício (Nota 18)	
Imóveis de serviço próprio								
. Terrenos	2.056	-	-	-	-	-	-	2.056
. Edifícios	72.973	(46.850)	175	-	-	(1.064)	2.919	28.153
Obras em imóveis arrendados	198.759	(137.923)	-	34.714	-	(12.758)	-	82.792
	273.788	(184.773)	175	34.714	-	(13.822)	2.919	113.001
Equipamento								
. Mobiliário e material	33.888	(17.202)	7.410	-	-	(3.016)	-	21.080
. Máquinas e ferramentas	17.067	(10.852)	2.013	-	-	(1.682)	-	6.546
. Equipamento informático	190.862	(126.537)	13.062	-	-	(26.565)	-	50.822
. Instalações interiores	11.413	(6.801)	631	-	-	(944)	-	4.299
. Material de transporte	49.519	(12.379)	2.700	-	(2.497)	(9.130)	-	28.213
. Equipamento de segurança	7.663	(6.924)	1.509	-	-	(393)	-	1.855
. Outro equipamento	19.209	(12.663)	4.323	-	-	(2.081)	-	8.788
Outros activos tangíveis	157	(39)	-	-	-	(16)	-	102
	329.778	(193.397)	31.648	-	(2.497)	(43.827)	-	121.705
Activos tangíveis em curso								
. Despesas em edifícios arrendados	4.515	-	65.823	(34.714)	-	-	-	35.624
. Equipamento	3.011	(3.011)	737	-	-	-	-	737
	7.526	(3.011)	66.560	(34.714)	-	-	-	36.361
	611.092	(381.181)	98.383	-	(2.497)	(57.649)	2.919	271.067

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Descrição	2008								Valor líquido em 31-12-2008
	Saldos em 31-12-2007		Adopção das NIRF Ajustamentos (Nota 35)	Adições	Transfe-rências	Abates líquidos	Amortizações do exercício	(Reforços) / reversões de imparidade no exercício (Nota 18)	
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas							
Imóveis de serviço próprio									
· Terrenos	2.056	-	-	-	-	-	-	-	2.056
· Edifícios	70.917	(27.070)	(17.724)	-	-	-	(1.062)	1.062	26.123
Obras em imóveis arrendados	184.193	(119.038)	-	6.492	13.301	(4.712)	(19.400)	-	60.836
	<u>257.166</u>	<u>(146.108)</u>	<u>(17.724)</u>	<u>6.492</u>	<u>13.301</u>	<u>(4.712)</u>	<u>(20.462)</u>	<u>1.062</u>	<u>89.015</u>
Equipamento									
· Mobiliário e material	29.265	(14.597)	-	1.953	2.669	-	(2.605)	-	16.685
· Máquinas e ferramentas	13.565	(9.214)	-	3.367	133	-	(1.638)	-	6.213
· Equipamento informático	175.363	(107.766)	-	28.386	411	(5.220)	(26.842)	-	64.332
· Instalações interiores	10.982	(6.265)	-	914	-	-	(192)	-	4.613
· Material de transporte	28.678	(16.666)	-	51.396	-	(18.158)	(8.115)	-	37.135
· Equipamento de segurança	7.407	(6.587)	-	97	159	-	(337)	-	739
· Outro equipamento	16.450	(11.076)	-	2.758	-	-	(1.587)	-	6.545
Outros activos tangíveis	157	(24)	-	-	-	-	(16)	-	117
	<u>281.867</u>	<u>(172.195)</u>	<u>-</u>	<u>88.871</u>	<u>3.372</u>	<u>(23.570)</u>	<u>(41.966)</u>	<u>-</u>	<u>136.379</u>
Activos tangíveis em curso									
· Imóveis de serviço próprio	5.397	-	-	-	(5.397)	-	-	-	-
· Despesas em edifícios arrendados	2.590	-	-	9.829	(7.904)	-	-	-	4.515
· Equipamento	3.647	(3.011)	-	-	(561)	(75)	-	-	-
· Outros activos tangíveis em curso	-	-	-	2.811	(2.811)	-	-	-	-
	<u>11.634</u>	<u>(3.011)</u>	<u>-</u>	<u>12.640</u>	<u>(16.673)</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.515</u>
	<u>550.667</u>	<u>(321.314)</u>	<u>(17.724)</u>	<u>108.003</u>	<u>-</u>	<u>(28.357)</u>	<u>(62.428)</u>	<u>1.062</u>	<u>229.909</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Imobilizado em curso” inclui mCve. 3.011 referentes à aquisição de um equipamento tipo “Quiosque” ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade pelo referido montante (Nota 18).

No âmbito da transição para as NIRF, o Banco apurou um ajustamento negativo em capital próprio de mCve. 17.724 relativo a imparidade do imóvel de serviço próprio, determinado com base em avaliação externa independente (Nota 18). Em 31 de Dezembro de 2009, a imparidade registada para o imóvel ascende a mCve. 13.743 (Nota 18).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2007		Adopção das NIRF Ajustamentos (Nota 35)	Adições	Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2008		Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2009		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	
	Software	73.932	(67.039)	(361)	3.021	(4.967)	70.982	(66.395)	2.853	(3.150)	73.835
Custos plurianuais	14.288	(14.000)	(288)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>88.220</u>	<u>(81.039)</u>	<u>(649)</u>	<u>3.021</u>	<u>(4.967)</u>	<u>70.982</u>	<u>(66.395)</u>	<u>2.853</u>	<u>(3.150)</u>	<u>73.835</u>	<u>(69.545)</u>

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2009					2008				
			Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	34.817	610.455	262.295	333.180	60.450	28.571	475.706	191.279	316.435	73.625

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O movimento ocorrido no valor de balanço desta participação nos exercícios de 2009 e 2008 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras pode ser demonstrado da seguinte forma:

Custo de aquisição	10.000
Impacto de transição para as NIRF em 1 de Janeiro de 2008 (Nota 35)	<u>8.938</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	18.938
Resultados em associadas	9.633
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>28.571</u>
Resultados em associadas	6.246
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u><u>34.817</u></u>

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Activos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	44.292	57.905
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	(6.395)	(7.994)
	<u>37.897</u>	<u>49.911</u>
	=====	=====
<u>Activos por impostos correntes</u>		
. Pagamentos por conta	5.406	4.115
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
. Imposto sobre o rendimento a pagar	(32.330)	(50.772)
	<u>(26.924)</u>	<u>(46.657)</u>
	=====	=====

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

	2009			Saldos em 31-12-2009
	Saldos em 31-12-2008	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	50.794	-	(9.907)	40.887
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(883)	(2.107)	-	(2.990)
	<u>49.911</u>	<u>(2.107)</u>	<u>(9.907)</u>	<u>37.897</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2008				Saldos em 31-12-2008
	Saldos em 31-12-2007	Adopção das NIRF (Nota 35)	Variação em		
			Capital Próprio	Resultados (Nota 35)	
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>					
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	-	5.682	-	(1.951)	3.731
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	28.810	-	(4.802)	24.008
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	11.690	-	(1.381)	10.309
Investimentos em associadas	-	(2.735)	-	(2.000)	(4.735)
Comissões	-	18.403	-	2.298	20.701
Outros	-	(3.662)	-	442	(3.220)
	-	58.188	-	(7.394)	50.794
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>					
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	-	-	(883)	-	(883)
	-	58.188	(883)	(7.394)	49.911

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		236.192		256.218
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	60.229	25,5%	65.336
Benefícios fiscais:				
· Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(5,16%)	(12.199)	(6,23%)	(15.957)
· Dividendos	(2,14%)	(5.047)	-	-
· Outros	(0,32%)	(746)	(0,36%)	(910)
Efeito da alteração da taxa de imposto	-	-	3,78%	9.697
Imposto sobre lucros do exercício	17,88%	42.237	22,7%	58.166

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estes rendimentos ascendem a mCve. 47.838 e mCve. 62.578, respectivamente.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras.

Em Setembro de 2009, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de uma liquidação no montante de mCve. 7.110 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2004. Em Outubro de 2009, o Banco liquidou o montante adicional de mCve. 4.798, tendo de seguida contestado a liquidação remanescente. Em Dezembro de 2009, a Direcção Geral de Contribuições e Impostos aceitou a reclamação apresentada pelo Banco.

Adicionalmente, em Setembro de 2009, a Direcção Geral de Contribuições e Impostos fixou a matéria colectável do exercício de 2008 em mais mCve. 3.327 face ao valor apurado pelo Banco. O Banco procedeu à liquidação adicional do imposto no montante de mCve. 848.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Devedores e outras aplicações		
. Valores a receber do Grupo	2.975	179.036
. Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	4.148	2.737
. Outros	2.366	970
Outros activos		
. Património artístico	606	606
Rendimentos a receber		
. Outros	2.647	2.122
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	4.035	5.617
Outras contas de regularização		
. Cheques devolvidos	12.224	12.617
. Cheques em trânsito	2.607	2.887
. Outros	1.876	1.769
	<u>33.484</u>	<u>208.361</u>
Imparidade de outros activos (Nota 18)	<u>(15.910)</u>	<u>(4.260)</u>
	<u>17.574</u>	<u>204.101</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica “Valores a receber do Grupo” inclui mCve. 176.136 a receber do Banco Comercial do Atlântico, S.A. pela participação em créditos sindicados liderados pelo Banco.

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
. Descobertos em depósitos à ordem:		
Caixa Geral de Depósitos	303.304	59.158
Citibank - Nova Iorque	-	1.685
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	461	70
Banco Africano de Investimento, S.A.	10	3
	<u>303.775</u>	<u>60.916</u>
. Empréstimos		
Banque Européenne d'Investissement (BEI) - Euros	207.134	306.189
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	120.000	120.000
Caixa Geral de Depósitos - Euros	104.421	19.889
	<u>431.555</u>	<u>446.078</u>
Juros a pagar	<u>5.425</u>	<u>7.218</u>
	<u>740.755</u>	<u>514.212</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Recursos em instituições de crédito no estrangeiro” corresponde a descobertos contabilísticos nas contas de depósitos à ordem os quais são reclassificados para o passivo para efeitos de prestação de contas.

Durante o exercício de 2004, o Banco contraiu uma linha de crédito junto do BEI no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos a partir de 30 de Abril de 2007. Este empréstimo vence juros à taxa anual de 3%.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco tinha esta linha utilizada em 1.088.297 Euros (mCve. 120.000).

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 104.421 e mCve. 19.889, respectivamente.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos de poupança		
· Poupança jovem	176.460	149.406
Depósitos à ordem		
· De residentes	4.151.019	3.972.810
· De não residentes	718.153	706.345
· De emigrantes	386.366	348.723
Depósitos a prazo		
· De residentes	4.205.919	4.733.475
· De emigrantes	1.493.257	1.420.434
· De não residentes	513.632	229.279
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
· Obrigações do Tesouro	1.633.334	1.116.780
· Bilhetes do Tesouro	40.000	14.300
Outros débitos		
· Cheques e ordens a pagar	25.336	32.884
	<u>13.343.476</u>	<u>12.724.436</u>
Juros a pagar	114.357	112.061
	<u>13.457.833</u>	<u>12.836.497</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	235.077	151.634
Recursos diversos		
. Conta caução	66.368	33.730
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	14.894	7.285
. Previdência social	4.007	3.114
. Imposto sobre o valor acrescentado	486	72
Cobrança por conta de terceiros	348	678
Outros	272	10.774
	<u>321.452</u>	<u>207.287</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	30.084	10.786
Prémios de produtividade	15.331	12.991
Comissões - CTT	-	3.524
Outros	3.530	1.772
	<u>48.945</u>	<u>29.073</u>
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	5.117	4.289
De operações extrapatrimoniais	3.995	1.938
De créditos documentários	9.519	1.486
	<u>18.631</u>	<u>7.713</u>
Outras contas de regularização		
ATM - Multibanco	21.544	21.323
Compensação - Caução	1.626	5.653
Compensação - Pagamentos	250	-
Compensação de valores	-	2.733
Cartões VISA	1.592	2.663
Sobras de caixa	2.012	1.449
Compensação SISP	1.965	1.730
Outros	299	574
	<u>29.288</u>	<u>36.125</u>
	<u>418.316</u>	<u>280.198</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2009 e 2010, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica “Credores e outros recursos - Outros” inclui mCve. 8.088 relativos aos juros e comissões a pagar ao Banco Comercial Atlântico, S.A. pela participação nos créditos sindicados referidos na Nota 14.

A rubrica “Encargos a pagar – Comissões – CTT” refere-se à provisão criada para fazer face às comissões devidas a esta entidade pelo pagamento de pensões a pensionistas residentes em ilhas onde o Banco não está representado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outras contas de regularização – ATM – Multibanco”, reflecte os montantes a pagar relacionados com operações efectuadas nas ATM's geridas pela SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, S.A.R.L..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)20. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital do Banco está representado por 60.000 acções com um valor nominal de dez mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas. A estrutura accionista do Banco é a seguinte:

<u>Entidade</u>	<u>Número de acções</u>	<u>%</u>
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	42.000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	6.145	10,24%
Sita, S.A.R.L.	3.013	5,02%
Edmundo R. Barbosa & Filhos, Lda	2.782	4,64%
Adega, S.A.R.L.	2.100	3,50%
Agripec, S.A.R.L.	927	1,55%
Outros	3.033	5,05%
	<u>60.000</u>	<u>100,00%</u>

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Prémios de emissão	<u>388</u>	<u>388</u>
Reservas de reavaliação		
. De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	9.724	1.462
. De impostos diferidos (Nota 13)	(2.990)	(883)
	<u>6.734</u>	<u>579</u>
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	78.635	57.387
. Outras reservas	321.695	175.463
. Resultados transitados	(146.398)	(131.970)
	<u>253.932</u>	<u>100.880</u>
Lucro do exercício	<u>193.955</u>	<u>198.052</u>
	<u>455.009</u>	<u>299.899</u>

Reservas de reavaliação

Reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	719.770	619.373
. Crédito ao exterior	38.972	33.735
. Crédito vencido	54.622	10.264
. Crédito ao pessoal	6.467	5.569
. Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	75.256	78.441
. Bilhetes do Tesouro	3.568	15.041
De outros residentes	31.667	36.883
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No estrangeiro	4.138	89.461
. No país	70.070	23.620
Juros de disponibilidades	2.764	4.417
	<u>1.007.294</u>	<u>916.804</u>

Nos exercícios de 2009 e 2008, os juros de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 47.838 e mCve. 62.578, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica “Juros de crédito a clientes – crédito vencido” inclui mCve. 44.610 relativos ao recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	6.716	4.884
. Depósitos à ordem		
De residentes	18.719	6.937
. Depósitos a prazo		
De residentes	186.252	150.978
De emigrantes	72.384	66.559
De não residentes	8.508	7.929
Juros de responsabilidades representadas por títulos	24.445	14.453
Juros de empréstimos		
. Do Banco de Cabo Verde	8	52
. De residentes	7	738
. De não residentes	15.415	23.371
Juros de credores e outros recursos		
. Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	47.404	51.855
Bilhetes do Tesouro	508	10.723
Outros juros e encargos similares	199	-
Comissões associadas ao custo amortizado	(119)	106
	<u>380.446</u>	<u>338.585</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	17.040	16.164
. Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.726	1.544
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1.006	942
. VISA International Service Association	20	-
	<u>19.792</u>	<u>18.650</u>

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Operações cambiais	42.276	51.224
Comissões de anuidades de cartões	22.534	25.145
Garantias e avales prestados	12.875	18.083
Comissões na emissão de cheques	12.629	12.696
Créditos documentários	16.934	7.171
Outras comissões	3.179	2.704
	<u>110.427</u>	<u>117.023</u>
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Garantias e avales recebidos	1.610	3.003
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	12.551	9.285
. Outras comissões	16.291	15.207
	<u>30.452</u>	<u>27.495</u>

26. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

No exercício de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda</u>	
Instrumentos de capital (Nota 5)	
. De residentes	
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	15.106
. De não residentes	
VISA International Service Association	3.931
	<u>19.037</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ganhos na alienação de activos tangíveis	207	5.907
Perdas na alienação de activos tangíveis	-	(5.469)
	<u>207</u>	<u>438</u>

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	36.717	35.438
. Cartões de crédito	17.042	12.600
. Outros	346	238
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	32.917	43.805
Ganhos na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 9)	694	-
Reembolso de despesas	258	-
Outros	131	5.272
	<u>88.105</u>	<u>97.353</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	3.723	2.318
Donativos e quotizações	4.256	3.281
Outros	15.237	519
	<u>23.216</u>	<u>6.118</u>
	<u>64.889</u>	<u>91.235</u>

29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	24.677	28.907
Remunerações dos empregados	110.202	93.484
Encargos sociais e obrigatórios	17.254	13.915
Prémios de produtividade	18.973	12.991
Outros	6.973	2.759
	<u>178.079</u>	<u>152.056</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Direcção	5	5
Coordenadores de Agências	7	3
Responsáveis / Gerentes	12	12
Administrativos	68	61
Auxiliares	5	3
	<u>97</u>	<u>84</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os números apresentados acima incluem 42 e 29 colaboradores, respectivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Serviços especializados		
. Serviços especializados - SISF	35.807	33.891
. Serviços de informática	32.537	32.603
. Honorários	21.713	2.859
. Segurança e vigilância	13.623	9.666
. Serviços de limpeza	5.688	4.718
. Serviços de auditoria	5.565	3.777
. Serviços de manutenção	1.965	2.025
. Outros serviços especializados	16.700	11.883
Publicidade e edição de publicações	42.624	23.704
Rendas e alugueres	27.575	32.658
Comunicações e despesas de expedição	23.114	19.075
Água, energia e combustíveis	15.176	13.290
Impressos e material de consumo corrente	12.305	11.884
Deslocações, estadas e representação	5.684	15.307
Transportes	6.659	873
Seguros	6.072	4.474
Formação de pessoal	5.020	2.699
Conservação e reparação	3.581	1.880
Outros	1.547	869
	<u>282.955</u>	<u>228.135</u>

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
. Garantias e avales prestados	1.051.794	827.441
. Créditos documentários abertos	937.982	81.099
	<u>1.989.776</u>	<u>908.540</u>
Depósito e guarda de valores	748.358	7.552
	<u>2.738.134</u>	<u>916.092</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- Banca comercial – Inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- Banca de retalho - Compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2009			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	74.208	552.429	380.657	1.007.294
Juros e encargos similares	(15.430)	(216.160)	(148.856)	(380.446)
MARGEM FINANCEIRA	58.778	336.269	231.801	626.848
Rendimentos de instrumentos de capital	19.792	-	-	19.792
Rendimentos com serviços e comissões	-	65.378	45.049	110.427
Encargos com serviços e comissões	-	(18.029)	(12.423)	(30.452)
Resultados de reavaliação cambial	-	15.521	10.694	26.215
Outros resultados de exploração	-	38.410	26.686	65.096
PRODUTO BANCÁRIO	78.570	437.549	301.807	817.926
Outros custos e proveitos				(623.971)
Resultado líquido do exercício				193.955
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.024.039	-	-	2.024.039
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.468	-	-	209.468
Activos financeiros disponíveis para venda	299.129	-	-	299.129
Títulos de dívida pública	1.791.599	-	-	1.791.599
Aplicações em instituições de crédito	1.343.450	-	-	1.343.450
Crédito a clientes	-	7.355.640	2.817.943	10.173.583
Recursos de outras instituições de crédito	740.755	-	-	740.755
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	5.490.196	7.967.637	13.457.833
Responsabilidades representados por títulos	513.941	-	-	513.941

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2008			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	117.027	473.503	326.274	916.804
Juros e encargos similares	(18.711)	(189.380)	(130.494)	(338.585)
MARGEM FINANCEIRA	98.316	284.123	195.780	578.219
Rendimentos de instrumentos de capital	17.709	558	383	18.650
Rendimentos com serviços e comissões	-	69.283	47.740	117.023
Encargos com serviços e comissões	-	(16.278)	(11.217)	(27.495)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	19.037	-	19.037
Resultados de reavaliação cambial	-	18.048	12.439	30.487
Outros resultados de exploração	-	53.770	37.903	91.673
PRODUTO BANCÁRIO	116.025	428.541	283.028	827.594
Outros custos e proveitos				(629.542)
Resultado líquido do exercício				198.052
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.017.519	-	-	2.017.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	185.837	-	-	185.837
Activos financeiros disponíveis para venda	274.520	-	-	274.520
Títulos de dívida pública	1.234.074	-	-	1.234.074
Aplicações em instituições de crédito	2.281.092	-	-	2.281.092
Crédito a clientes	-	3.722.721	4.854.977	8.577.698
Recursos de outras instituições de crédito	514.212	-	-	514.212
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	5.563.228	7.273.269	12.836.497
Responsabilidades representados por títulos	513.986	-	-	513.986

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

	2009				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	Banco Comercial				Associadas
CGD	do Atlântico	Promotora	Garantia		
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53.432	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	39.496	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	222.000	15.307	79.043	37.464
Crédito a clientes	-	-	-	-	11.500
Imparidade	-	10.011	1.880	28.191	-
Outros activos	2.003	250	-	555	2.647
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	407.725	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	46.069	80.243	21.473
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	-	-	-	-	41.349
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	4.116	-	-	1.726	35.807
Rendimentos de serviços e comissões	725	17.040	-	-	2
Custos:					
Juros e encargos similares	4.056	-	2.181	1.097	-
Outros custos de exploração	444	-	1.314	2.547	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2008				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	Banco Comercial				Associadas
CGD	do Atlântico	Promotora	Garantia		
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	44.725	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	240.313	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	205.653	15.307	79.043	28.571
Crédito a clientes	-	-	-	-	-
Imparidade	-	10.011	1.880	28.191	-
Outros activos	1.544	176.339	-	105	-
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	79.047	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	46.098	96.557	16.808
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	6.578	-	-	1.545	-
Rendimentos de serviços e comissões	19.414	16.164	-	-	2
Custos:					
Juros e encargos similares	320	-	661	3.204	-

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2009, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 27.756 (mCve. 40.769 no exercício de 2008).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 16.111 e mCve. 16.175, respectivamente.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos matching, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2009									Total
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.024.039	-	-	-	-	-	-	-	-	2.024.039
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.468	-	-	-	-	-	-	-	-	209.468
Aplicações em instituições de crédito	1.314.239	3.342	25.272	1.075	-	-	-	-	(478)	1.343.450
Títulos de dívida pública	100.000	-	-	-	410.000	542.610	718.330	-	20.659	1.791.599
Crédito a clientes (saldo bruto)	893.089	1.342.681	1.157.553	775.353	655.735	2.056.712	1.526.283	1.854.888	497.005	10.759.298
	4.540.835	1.346.023	1.182.825	776.428	1.065.735	2.599.322	2.244.613	1.854.888	517.186	16.127.854
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(303.775)	-	-	(104.421)	(207.134)	-	-	(120.000)	(5.425)	(740.755)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(8.227.527)	(1.370.353)	(1.128.160)	(1.508.732)	(1.070.804)	(32.200)	(5.700)	-	(114.357)	(13.457.833)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(13.941)	(513.941)
	(8.531.302)	(1.370.353)	(1.128.160)	(1.613.153)	(1.277.938)	(32.200)	(905.700)	(120.000)	(133.723)	(14.712.529)
Diferencial	(3.990.467)	(24.330)	54.665	(836.725)	(212.203)	2.567.122	1.738.913	1.734.888	383.463	1.415.325

	2008									Total
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.017.519	-	-	-	-	-	-	-	-	2.017.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	185.837	-	-	-	-	-	-	-	-	185.837
Aplicações em instituições de crédito	719.955	927.371	646.944	1.028	-	-	-	-	(14.206)	2.281.092
Títulos de dívida pública	4.840	-	9.520	367.980	150.000	206.250	478.330	-	17.154	1.234.074
Crédito a clientes (saldo bruto)	851.105	1.361.222	1.498.553	636.910	733.221	1.195.803	1.298.282	903.717	660.763	9.139.576
	3.779.256	2.288.593	2.155.017	1.005.918	883.221	1.402.053	1.776.612	903.717	663.711	14.858.098
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(60.916)	-	-	(19.888)	(306.190)	-	-	(120.000)	(7.218)	(514.212)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.009.510)	(3.890.077)	(795.935)	(1,090,005)	(836,209)	(102,700)	-	-	(112,061)	(12,836,497)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	(500,000)	-	(13,986)	(513,986)
	(6,070,426)	(3,890,077)	(795,935)	(1,109,893)	(1,142,399)	(102,700)	(500,000)	(120,000)	(133,265)	(13,864,695)
Diferencial	(2,291,170)	(1,601,484)	1,359,082	(103,975)	(259,178)	1,299,353	1,276,612	783,717	530,446	993,403

Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspectos que o Banco tem implementado:

- a base para coberturas activas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como “referência” dos activos ou passivos;
- os contratos de crédito prevêm possibilidade de alteração de taxas de juros sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;
- realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco taxas de juros de operações activas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.
- aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objectivos referidas na linha anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Risco de crédito

Para monitorar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efectuar a avaliação do risco de crédito, e reporta directamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objectivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e actualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:

- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- análise e aprovação de novos Produtos, seu preço e procedimentos.

Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em acções e títulos de rendimento fixo.

Risco de CréditoExposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2009	2008
Títulos de dívida pública	1.791.599	1.234.074
Aplicações em instituições de crédito	1.343.450	2.281.092
Crédito a clientes	10.173.583	8.577.698
Outros devedores	-	176.136
	<u>11.517.033</u>	<u>11.034.926</u>
Garantias e avales	1.051.794	827.441
Créditos documentários abertos	937.982	81.099
	<u>1.989.776</u>	<u>908.540</u>
Exposição máxima	<u>15.298.408</u>	<u>13.177.540</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

2009				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	6.673.793	116.444	109.480	6.899.717
Vencido	8.338	21.479	82.896	112.713
	<u>6.682.131</u>	<u>137.923</u>	<u>192.376</u>	<u>7.012.430</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.099.650	15.217	28	1.114.895
Vencido	-	-	28	28
	<u>1.099.650</u>	<u>15.217</u>	<u>56</u>	<u>1.114.923</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	1.720.974	25.601	115.209	1.861.784
Vencido	82	371	6.895	7.348
	<u>1.721.056</u>	<u>25.972</u>	<u>122.104</u>	<u>1.869.132</u>
Garantias pessoais				
Vincendo	1.986	-	-	1.986
Outros créditos				
Vincendo	982.721	46.877	46.540	1.076.138
Vencido	4.127	5.563	45.217	54.907
	<u>986.848</u>	<u>52.440</u>	<u>91.757</u>	<u>1.131.045</u>
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	998.970	-	-	998.970
Vencido	444	-	-	444
	<u>999.414</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>999.414</u>
Total crédito vincendo	<u>11.478.094</u>	<u>204.139</u>	<u>271.257</u>	<u>11.953.490</u>
Total crédito vencido	<u>12.991</u>	<u>27.413</u>	<u>135.036</u>	<u>175.440</u>
Total de crédito	<u><u>11.491.085</u></u>	<u><u>231.552</u></u>	<u><u>406.293</u></u>	<u><u>12.128.930</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

2008				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	5.793.270	130.020	157.738	6.081.028
Vencido	5.390	4.650	93.403	103.443
	<u>5.798.660</u>	<u>134.670</u>	<u>251.141</u>	<u>6.184.471</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	900.373	-	1.822	902.195
	<u>900.373</u>	<u>-</u>	<u>1.822</u>	<u>902.195</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	1.261.848	128.482	68.284	1.458.614
Vencido	196	3.030	8.296	11.522
	<u>1.262.044</u>	<u>131.512</u>	<u>76.580</u>	<u>1.470.136</u>
Garantias pessoais				
Vincendo	6.345	-	-	6.345
Outros créditos				
Vincendo	616.910	114.350	49.563	780.823
Vencido	6.562	14.265	36.321	57.148
	<u>623.472</u>	<u>128.615</u>	<u>85.884</u>	<u>837.971</u>
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	186.385	-	-	186.385
Vencido	-	-	3.492	3.492
	<u>186.385</u>	<u>-</u>	<u>3.492</u>	<u>189.877</u>
Total crédito vincendo	<u>8.765.131</u>	<u>372.852</u>	<u>277.407</u>	<u>9.415.390</u>
Total crédito vencido	<u>12.148</u>	<u>21.945</u>	<u>141.512</u>	<u>175.605</u>
Total de crédito	<u><u>8.777.279</u></u>	<u><u>394.797</u></u>	<u><u>418.919</u></u>	<u><u>9.590.995</u></u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
 - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
 - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- “Créditos com incumprimento”
 - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
 - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 2.391.574, ascendendo a imparidade a mCve. 256.617. Conforme descrito na Nota 2.3. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2009			2008		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	478.914	8.056	486.970	10.087	-	10.087
Particulares	54.993	17.787	72.780	1.423	1.918	3.341
	<u>533.907</u>	<u>25.843</u>	<u>559.750</u>	<u>11.510</u>	<u>1.918</u>	<u>13.428</u>

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

	2009			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.024.039	2.024.039	-	-	2.024.039
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.468	209.468	-	-	209.468
Activos financeiros disponíveis para venda	273.888	273.888	-	25.241	299.129
Aplicações em instituições de crédito	1.343.450	1.343.450	-	-	1.343.450
Títulos de dívida pública	1.791.599	1.788.133	(3.466)	-	1.791.599
Crédito a clientes	10.308.272	10.197.166	(111.106)	(134.689)	10.173.583
	<u>15.950.716</u>	<u>15.836.144</u>	<u>(114.572)</u>	<u>(109.448)</u>	<u>15.841.268</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	740.755	736.468	(4.287)	-	740.755
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.457.833	13.454.691	(3.142)	-	13.457.833
Responsabilidades representadas por títulos	513.941	502.365	(11.576)	-	513.941
	<u>14.712.529</u>	<u>14.693.524</u>	<u>(19.005)</u>	-	<u>14.712.529</u>
2008					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.017.519	2.017.519	-	-	2.017.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	185.837	185.837	-	-	185.837
Activos financeiros disponíveis para venda	249.279	249.279	-	25.241	274.520
Aplicações em instituições de crédito	2.281.092	2.281.092	-	-	2.281.092
Títulos de dívida pública	1.234.074	1.230.649	(3.425)	-	1.234.074
Crédito a clientes	8.519.011	8.425.825	(93.186)	58.687	8.577.698
	<u>14.486.812</u>	<u>14.390.201</u>	<u>(96.611)</u>	<u>83.928</u>	<u>14.570.740</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	514.213	508.047	(6.166)	-	514.213
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.836.497	12.846.710	10.213	-	12.836.497
Responsabilidades representadas por títulos	513.986	511.298	(2.688)	-	513.986
	<u>13.864.696</u>	<u>13.866.055</u>	<u>1.359</u>	-	<u>13.864.696</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
 - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
 - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
 - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.808 e mCve. 941, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
 - A participação no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldo não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2009					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	51.903	25.077	12.332	(11.941)	(23.512)	(45.615)
<u>Total activo sensível</u>	<u>51.903</u>	<u>25.077</u>	<u>12.332</u>	<u>(11.941)</u>	<u>(23.512)</u>	<u>(45.615)</u>
	2008					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	58.127	28.062	13.795	(13.347)	(26.270)	(50.929)
<u>Total activo sensível</u>	<u>58.127</u>	<u>28.062</u>	<u>13.795</u>	<u>(13.347)</u>	<u>(26.270)</u>	<u>(50.929)</u>

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2008	(23.502)	(11.751)	(5.876)	5.876	11.751	23.502
Exercício de 2009	(12.064)	(6.032)	(3.016)	3.016	6.032	12.064

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambialDecomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2009				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.904.365	94.764	8.254	16.656	2.024.039
Disponibilidades em outras instituições de crédito	89.430	46.434	46.281	27.323	209.468
Activos financeiros disponíveis para venda	299.129	-	-	-	299.129
Aplicações em instituições de crédito	1.298.798	44	44.606	2	1.343.450
Títulos de dívida pública	1.791.599	-	-	-	1.791.599
Crédito a clientes (líquido)	9.429.664	701.638	42.281	-	10.173.583
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	34.817	-	-	-	34.817
Outros activos	11.513	6.061	-	-	17.574
	14.859.315	848.941	141.422	43.981	15.893.659
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(471)	(740.284)	-	-	(740.755)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(13.012.913)	(311.219)	(133.365)	(336)	(13.457.833)
Responsabilidades representadas por títulos	(513.941)	-	-	-	(513.941)
Outros passivos	(366.660)	(485)	(7.962)	(43.209)	(418.316)
	(13.893.985)	(1.051.988)	(141.327)	(43.545)	(15.130.845)
Exposição líquida	965.330	(203.047)	95	436	762.814

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2008				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.920.192	78.787	11.464	7.076	2.017.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	71.299	88.852	7.037	18.649	185.837
Activos financeiros disponíveis para venda	274.520	-	-	-	274.520
Aplicações em instituições de crédito	1.883.216	318.979	78.897	-	2.281.092
Títulos de dívida pública	1.234.074	-	-	-	1.234.074
Crédito a clientes (líquido)	8.271.738	251.376	54.584	-	8.577.698
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	28.571	-	-	-	28.571
Outros activos	193.189	10.912	-	-	204.101
	<u>13.876.799</u>	<u>748.906</u>	<u>151.982</u>	<u>25.725</u>	<u>14.803.412</u>
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(73)	(512.454)	(1.685)	-	(514.212)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(12.436.961)	(249.502)	(149.633)	(401)	(12.836.497)
Responsabilidades representadas por títulos	(513.986)	-	-	-	(513.986)
Outros passivos	(258.934)	(8.820)	(316)	(12.128)	(280.198)
	<u>(13.209.954)</u>	<u>(770.776)</u>	<u>(151.634)</u>	<u>(12.529)</u>	<u>(14.144.893)</u>
Exposição líquida	<u>666.845</u>	<u>(21.870)</u>	<u>348</u>	<u>13.196</u>	<u>658.519</u>

35. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade pode ser resumido como segue:

	Nota	Capital próprio		Resultado 2008
		31.12.2008	01.01.2008	
Saldos de acordo com o PCSB		1.045.718	914.238	212.480
Impacto da adopção das NIRF com referência a 1 de Janeiro de 2008				
Imóveis e outros activos tangíveis	(a)	(14.621)	(17.918)	3.297
Activos intangíveis	(b)	(9)	(649)	640
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(c)	(81.180)	(60.141)	(21.039)
Impostos diferidos	(d)	49.911	58.188	(7.394)
Imparidade e valorização da carteira de títulos	(e)	(36.740)	(38.202)	-
Investimento em associadas	(f)	18.571	8.938	9.633
Imparidade de crédito a clientes	(g)	(94.150)	(94.150)	-
Provisões	(h)	11.760	11.720	40
Outros		639	246	395
		<u>(145.819)</u>	<u>(131.968)</u>	<u>(14.428)</u>
Saldos de acordo com NIRF - contas pró-forma		<u>899.899</u>	<u>782.270</u>	<u>198.052</u>

- (a) Os ajustamentos de transição relativo a imóveis e outros activos tangíveis pode ser decomposto da seguinte forma:

	31.12.2008	01.01.2008
Activos tangíveis		
Alteração da vida útil	1.857	-
Imparidade de imóveis de serviço próprio	(16.662)	(17.724)
Outros	184	(194)
	<u>(14.621)</u>	<u>(17.918)</u>

De acordo com a IAS 16, a amortização dos activos tangíveis deve ser baseada na sua vida útil estimada (sujeita a revisão periódica), reflectindo o padrão pelo qual os benefícios económicos gerados pela utilização do activo são consumidos pela entidade. O Banco efectuou uma revisão da vida útil atribuída a activos tangíveis, nomeadamente edifícios de serviço próprio, os quais passaram a ser capitalizados em 50 anos em detrimento de 25 anos, tendo as alterações sido efectuadas com efeito prospectivo a partir de 1 de Janeiro de 2008, pelo que as amortizações foram inferiores em mCve. 2.235 às registadas de acordo com o PCSB.

O Banco obteve avaliação para o seu imóvel de serviço próprio. Na medida em foi apurada uma menos-valia potencial significativa face ao valor de balanço, líquido de amortizações, foi registada imparidade, a qual ascendeu a mCve. 17.724.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- (b) A Norma IAS 38 impõe requisitos bastante restritivos para o registo de activos intangíveis, quando comparados com as Normas anteriores.

Com referência à data de transição, o Banco efectuou uma revisão detalhada de todos os montantes capitalizados nesta rubrica, tendo sido analisado o seu enquadramento face às regras da Norma IAS 38.

Em resultado desta análise, foram anulados por contrapartida de resultados transitados valores não elegíveis para o registo no âmbito das NIRF, nomeadamente as despesas com a instalação de software, despesas de estabelecimento e custos plurianuais. O saldo líquido em 1 de Janeiro de 2008 ascendia a mCve. 649.

- (c) Conforme referido na Nota 2.3. I), de acordo com as NIRF o Banco passou a diferir as comissões cobradas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado um levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2008, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido de mCve. 60.141, que originou um impacto negativo de igual montante em Resultados transitados.
- (d) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Cabo Verde, o Banco não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos no âmbito da Norma IAS 12, relativos aos ajustamentos de conversão para NIRF (Nota 12).
- (e) Na sequência da transição para as NIRF, o Banco procedeu à classificação dos instrumentos financeiros nas diversas categorias permitidas pela Norma IAS 39, tendo registado ao justo valor acções anteriormente classificadas como títulos de investimento e participações financeiras de acordo com as políticas descritas na Nota 2.3. c). A valorização dos instrumentos classificados em "Activos financeiros disponíveis para venda" foi registada por contrapartida de reservas de reavaliação. No entanto, nos casos em que foram apuradas menos-valias potenciais, o Banco analisou a existência de imparidade tendo em consideração os critérios de declínio significativo e prolongado definidos na Norma IAS 39, tendo registado imparidade de mCve. 38.202 em duas participações, com referência à data de transição.
- (f) Este impacto resulta da valorização da participação do Banco na SISP – Sociedade Interbancária de Sistema de Pagamentos, S.A.R.L., classificada como investimento em associadas, no âmbito da Norma IAS 28 (Nota 12).
- (g) Com a introdução das NIRF, o Banco deixou de constituir provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 4/2006, de 13 de Novembro e com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 6/2007, passando a ser registada imparidade de acordo com as regras definidas pela Norma IAS 39, que incluem entre outros aspectos, o registo de imparidade por análise colectiva e a obrigatoriedade de considerar o efeito temporal na determinação das expectativas de recuperação. O montante de imparidade apurado de acordo com a metodologia adoptada pelo Banco com referência à data de transição foi superior às provisões anteriormente registadas em mCve. 94.150.
- (h) A Norma IAS 37 define "provisão" como um passivo com quantia e ocorrência incertas, que se espera venha a originar um dispêndio de recursos económicos. A depreciação, imparidade de activos e dívidas duvidosas são ajustamentos aos valores contabilísticos dos activos e não provisões, não sendo portanto tratados no âmbito deste IAS. Com referência à data de transição, o Banco efectuou uma revisão detalhada de todos os montantes provisionados, tendo sido analisado o seu enquadramento face às regras da Norma IAS 37.

Em resultado desta análise, as provisões que o Banco tinha constituídas no âmbito do "Fundo para riscos bancários gerais", foram anuladas por contrapartida de resultados transitados, no valor de mCve. 11.720.

36. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ($\geq 10\%$ do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2009 e de 2008:

Gestão do Capital	Dezembro de 2008	Dezembro de 2009	Variação
Fundos Próprios de Base	846.439	952.726	106.286
Capital Social	600.000	600.000	0
Reservas e Prémios	233.238	400.718	167.480
Resultado Líquido	166.159	96.978	-69.182
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	-152.958	-144.970	7.988
Fundos Próprios Complementares	423.220	476.363	53.143
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	0
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	-76.780	-23.637	53.143
Deduções aos Fundos Próprios totais	171.122	83.132	-87.989
Participações em Instituições de Crédito	68.676	75.108	6.432
Excesso na concentração de risco	102.446	8.024	-94.422
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	1.098.537	1.345.956	247.419
Total do Activo Ponderado	9.094.086	10.857.602	1.763.516
Rácios	Dezembro de 2008	Dezembro de 2009	Variação
Fundos Próprios de Base	9,31%	8,77%	-0,53%
Fundos Próprios Complementares	4,65%	4,39%	-0,27%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-1,88%	-0,77%	1,12%
Rácio de Solvabilidade	12,08%	12,40%	0,32%

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

- (i) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:
- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
 - O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios Líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objecto de certificação por Auditor Externo;
 - As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.
- (ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada no até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- (iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:
- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
 - Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
 - O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
 - Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respectivo rácio de solvabilidade.